



PARTIDO DOS TRABALHADORES

COLEÇÃO
ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

QUE PARTIDO PRECISAMOS PARA
OS DESAFIOS QUE TEMOS?

Maria Caramenz Carlotto



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores



PARTIDO DOS TRABALHADORES

COLEÇÃO
ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

QUE PARTIDO PRECISAMOS PARA
OS DESAFIOS QUE TEMOS?

Maria Caramenz Carlotto



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Presidente (interino): Brenno César Gomes de Almeida

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira,
Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

Conselho editorial

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis,
Conceição Evaristo, Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira,
Laís Abramo, Lincoln Secco, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira,
Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi, Tássia Rabelo e Valter Silvério

Coordenador editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Costa

Organizador da coleção: Valter Pomar

Autora: Maria Caraméz Carlotto

Revisão: Rita Camacho

Projeto Gráfico e diagramação: Capto RH

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

C28q Carlotto, Maria Caraméz
Que partido precisamos para os desafios que temos? [livro eletrônico] /
Maria Caraméz Carlotto – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2026.

78 p. (Coleção Organização Partidária, v.4)
ISBN: 978-65-5626-175-1

1. Partido dos Trabalhadores 2. Organização dos Trabalhadores 3.
Socialismo 4. Luta de classes I. Título



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
www.fpabramo.org.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PREÂMBULO	9
PARTES I: AS TAREFAS HISTÓRICAS DO PT	13
I) Organizar a classe trabalhadora brasileira em defesa dos seus objetivos imediatos e históricos	13
II) Construir uma sociedade socialista	39
III) Alargar o horizonte de expectativas da classe trabalhadora	41
PARTES II. O CONTEXTO HISTÓRICO EM QUE ESSAS TAREFAS SE COLOCAM	49
IV) O contexto nacional: tendências institucionais que impactam a luta de classes no Brasil	49
VI) O contexto mundial: tendências inerentes à crise do sistema capitalista mundial	57
CONCLUSÃO: TAREFAS HISTÓRICAS EM UMA NOVA ÉPOCA HISTÓRICA PRESSUPÕEM UMA NOVA FORMA DE ORGANIZAÇÃO	69
REFERÊNCIAS	71

APRESENTAÇÃO

O Partido dos Trabalhadores (e das Trabalhadoras) é, sob vários aspectos, uma história de sucesso. O principal símbolo disto é o fato de termos vencido cinco das nove eleições presidenciais diretas realizadas desde o fim da ditadura militar, ficando em segundo lugar nas outras quatro (1989, 1994, 1998 e 2018), sendo que provavelmente teríamos vencido a eleição de 2018 se não tivesse ocorrido o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e o golpe da condenação, prisão e interdição eleitoral contra o presidente Lula.

Mas não queremos ter “um grande passado pela frente”. Ou seja, não queremos viver da memória dos feitos passados. Queremos seguir enfrentando com sucesso as batalhas necessárias para alcançar os objetivos imediatos e históricos da classe trabalhadora. Para dar conta deste desafio, o PT precisa – entre outras coisas – adequar sua estrutura organizativa aos desafios contemporâneos.

Dito de outra forma, o mundo mudou, o Brasil mudou, a classe trabalhadora mudou e os padrões da luta de classe também mudaram.

O texto contido neste livro, de autoria da professora Maria Carlotto, busca exatamente fazer um diagnóstico dessas mudanças e de suas decorrências organizativas. Do que ela escreveu, destaco aqui duas questões: a necessidade de “alargar o horizonte de expectativas da classe trabalhadora” e a necessidade de diagnosticar as “tendências institucionais que impactam a luta de classes no Brasil”.

Sobre as “expectativas”, lembro que, em 2003, num livro chamado *Forças do Trabalho*, a socióloga e economista Beverly Silver alertou que a grande vitória do neoliberalismo estava em lançar descrédito sobre a capacidade da luta coletiva, sobre a capacidade de as pessoas comuns se unirem para virar o mundo de ponta-cabeça e mudar o mundo da história. Este é o espírito do famoso slogan de Margaret Thatcher - “não há alternativa” – e também de outra de suas diretrizes, a saber, a de que o mais importante era mudar a “alma” das pessoas.

Esse talvez seja o principal desafio dos que lutam por uma sociedade democrática, de bem-estar social, soberana, desenvolvida e socialista: convencer as pessoas de que as coisas podem ser profundamente diferentes, de que vale a pena lutar por isso, que a vitória é possível e, mais ainda, que a alternativa capitalista equivale à destruição – lenta ou rápida – da humanidade. É isto que Maria Carlotto, num dos melhores trechos do seu texto, denomina de “alargar o horizonte de expectativas”.

Sobre as tendências institucionais, cito que o companheiro presidente Lula – no discurso que fez dia 23 de janeiro de 2026, no 14º Encontro Nacional do Movimento Sem Terra – lembrou que sua decisão de construir o PT estava ligada à constatação de que, no Congresso Nacional brasileiro, no final dos anos 1970, início dos anos 1980, havia apenas dois parlamentares oriundos e representantes da classe trabalhadora. Pois bem: 46 anos depois, apesar de termos vencido seis das nove eleições presidenciais ocorridas desde 1989, a maioria do Congresso Nacional continua nas mãos dos inimigos do povo.

Isso não aconteceu por acaso. Frente ao “quase lá” de 1989, a classe dominante brasileira e seus representantes políticos adotaram uma série de medidas no sentido de reduzir a capacidade de a classe trabalhadora controlar as instituições do Estado brasileiro. Mantiveram os métodos antigos (a influência do poder econômico, o uso das máquinas, a compra de votos, a ingerência direta

do patronato, a hipertrofia do papel do Senado, a deformação da proporcionalidade na eleição da Câmara dos Deputados, a manipulação dos meios de comunicação, agora potencializada pelas big techs e fake news etc.) e acrescentaram métodos novos (como é o caso do peso desmesurado das emendas parlamentares, a tentativa de criar um parlamentarismo-de-fato e as mudanças no sistema eleitoral em benefício do voto nas pessoas e não nos partidos).

Tomadas de conjunto, essas mudanças têm duas consequências sistêmicas. Por um lado, colocam crescentes obstáculos à presença e à ação institucional da esquerda. Por outro lado, introduzem no interior da esquerda uma série de fenômenos negativos. Como enfrentar essa situação? Este é um dos principais desafios do PT, tanto no âmbito programático quanto no âmbito estratégico. Programaticamente, cabe responder o que propor para mudar o Estado, as instituições, o sistema político-eleitoral. Já do ponto de vista estratégico, cabe responder como enfrentar e superar estes freios institucionais, um dos quais foi citado no discurso já referido de Lula no 14º Encontro do MST. Mas, para além do programa e da estratégia, é preciso responder como lidar com a situação no plano organizativo. Por exemplo, a relação entre o Partido, os mandatos e os processos eleitorais.

Evidentemente, o que Maria Carlotto fala a respeito é sua opinião; outras opiniões, diagnósticos e alternativas são possíveis, motivo pelo qual convidamos o conjunto da militância petista a se engajar no debate das questões postas e de todas as controvérsias a respeito.

Cabe ao 8º Congresso – convocado para o último fim de semana de abril de 2026 – atualizar o programa do Partido e revisar nosso estatuto, assim como aprovar a tática eleitoral para 2026 e as diretrizes de programa de governo referentes ao mandato presidencial 2027-2030. O Diretório Nacional do PT, reunido no dia 6 de dezembro de 2025, nomeou o companheiro Jilmar Tatto para a coordenação do processo congressual. O Diretório também

constituiu quatro subgrupos de trabalho, a cargo de Anne Moura (conjuntura e tática eleitoral), Cristiano Silveira (programa de governo), José Dirceu (programa partidário) e Valter Pomar (organização e estatuto).

Este livreto, como já foi dito, é um dos insumos para a discussão sobre organização e estatuto. Os outros insumos são: um compilado das resoluções partidárias; entrevistas com ex-presidentes, ex-presidenta e atual presidente do Partido; uma pesquisa e um estudo sobre experiências internacionais.

Boa leitura!

Valter Pomar, diretor de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo

PREÂMBULO

Este ensaio foi redigido em janeiro de 2026 como parte dos trabalhos de preparação do 8º Congresso do Partido dos Trabalhadores (PT), particularmente como subsídio ao debate sobre as tarefas de organização, com destaque o tema da reforma do Estatuto do Partido. As mudanças estatutárias que serão debatidas no congresso de abril devem estar a serviço de preparar o PT para enfrentar os imensos desafios que se colocam no horizonte do Partido nos próximos anos e décadas.

Sobre isso, vale frisar que o PT, com os seus 46 anos de existência, foi o partido de esquerda que mais influência exerceu na política brasileira. Fundado em 1980, o PT ficou em segundo lugar em todas as eleições presidenciais que disputou no século 20, e venceu todas as eleições presidenciais livres ocorridas no século 21. A exceção foi a contestável eleição de 2018, quando Lula, injustamente preso, foi impedido de participar do pleito. Por outro lado, a experiência do PT ao longo das últimas quatro décadas e sobretudo a partir da crise sistêmica intensificada em 2008 – tanto no plano institucional quanto no plano da mobilização social –, evidenciou os enormes desafios que se colocam ao Partido no atual contexto histórico.

Esses desafios derivam essencialmente do fato de que não estão mais colocadas grande parte das condições históricas que permitiram ao PT, como partido orgânico da classe trabalhadora, crescer e se tornar um partido decisivo da política brasileira. O PT precisa

mapear as novas condições em que atua, atentando para as tendências que nos colocam, hoje, diante de uma nova época.

O PT, como maior partido da esquerda brasileira, certamente é herdeiro das diferentes tradições de esquerda do país, incluindo os grandes partidos que, seja na vertente comunista (PCB), seja na vertente trabalhista (PTB), buscaram organizar e/ou representar a classe trabalhadora brasileira. Mas, para além do peso dessa herança, é fundamental reconhecer que o PT, ademais de nascer e se afirmar como um partido orgânico da classe, se constitui, em grande medida, numa novidade histórica: o contexto em que o PT surgiu e cresceu nos anos 1980, associado a uma orientação política – naquele contexto – acertada, permitiram ao Partido ganhar uma dimensão de massas e uma força popular e institucional até então inédita na esquerda do país.

Isso ficou demonstrado quando o PT chegou ao segundo turno das primeiras eleições presidenciais livres do país, em 1989; quando se manteve como segunda força política nacional durante a (contra)ofensiva neoliberal dos anos 1990; quando chegou à Presidência da República, em 2003; quando seguiu vencendo todas as eleições presidenciais seguintes, até o golpe de 2016; quando enfrentou a contraofensiva que perseguiu o Partido desde então, prendendo injustamente algumas de suas lideranças, incluindo o presidente Lula; e quando derrotou eleitoralmente o fascismo, retornando à Presidência da República em 2023.

No entanto, o novo cenário que se consolidou a partir dos anos 1990 e, com mais força, a partir de 2008, já foi descortinando uma nova e desafiadora situação: justamente no terreno em que o PT mais avançou em relação a outras forças políticas de esquerda – a saber, na mobilização popular e na luta social organizada – foi onde ele começou a enfrentar mais dificuldades. Em parte por isso, em parte por outros motivos, o PT, mesmo ocupando o Executivo federal de 2003 a 2016, não conseguiu promover transformações estruturais na política, na economia e na sociedade brasileira que

constavam no seu programa; em 2016, depois de quatro vitórias eleitorais, o PT não conseguiu mobilizar a sociedade, especialmente a classe trabalhadora, para frear a contraofensiva que culminou no golpe parlamentar; não conseguiu impedir a eleição de um governo de perfil fascista em 2018; e, mesmo agora, de volta à Presidência da República, o PT tem dificuldade de transformar sua vitória eleitoral em vitória política, ampliando o apoio da sociedade ao governo Lula 3 para, assim, derrotar, politicamente e não apenas eleitoralmente, a extrema-direita fascista. Na verdade, o fascismo segue sendo a segunda força do país, profundamente articulado com o imperialismo de corte fascista estadunidense que vem intervindo diretamente e, inclusive, militarmente, na nossa região para submetê-la, completamente, aos seus designios.

Em resumo: não restam dúvidas de que o PT segue sendo um partido orgânico da classe trabalhadora brasileira, mas os desafios que se colocam nesse novo cenário parecem ser cada vez maiores, a ponto de comprometer, inclusive, a força eleitoral do PT e a possibilidade de execução do seu programa político. Isso exige de nós, petistas, um diagnóstico profundo dessa nova época histórica e a projeção de um conjunto de mudanças organizativas para lidar com essa nova situação.

Vale frisar, nesse sentido, que um dos objetivos do PT é representar eleitoralmente a classe trabalhadora, mas em primeiro lugar e mais importante está o objetivo de organizar politicamente nossa classe trabalhadora, o que transcende a dimensão eleitoral, como reconhecia nosso Manifesto de Fundação: “O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias”.

Mas não é só uma questão de princípio, mas também uma necessidade pragmática: organização política, as vitórias eleitorais

tornam-se vitórias de Pirro, porque não conseguimos enfrentar e transformar a economia, a sociedade e as instituições que limitam substancialmente nossa atuação. Dito de outro modo: sem organização política, até mesmo a força eleitoral do Partido fica comprometida.

Isso tem se expressado no nosso desempenho eleitoral, dado que a votação do PT para os legislativos, para as prefeituras, para os governos de estado e até para a Presidência da República tem caído – em percentual de votos válidos – nas eleições realizadas desde pelo menos 2012. Mesmo os que argumentam que estamos em um processo de recuperação depois da queda vertiginosa nas eleições nacionais de 2016 e municipais de 2020 reconhecem que o PT enfrenta dificuldades no plano eleitoral. Assim, é preciso analisar criticamente o cenário geral em que o PT, como partido orgânico da classe trabalhadora, atua para representar e, sobretudo, organizar a classe trabalhadora. O objetivo deste ensaio é contribuir com essa tarefa.

PARTE I: AS TAREFAS HISTÓRICAS DO PT

I) ORGANIZAR A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA EM DEFESA DOS SEUS OBJETIVOS IMEDIATOS E HISTÓRICOS

Justamente pelo fato de o PT ser o partido orgânico da classe trabalhadora brasileira, qualquer reflexão sobre os seus desafios no novo cenário deve começar justamente por esse ponto: a caracterização da classe trabalhadora do Brasil e dos desafios postos para sua auto-organização. Afirmar isso é ir na contramão daqueles que, no atual contexto histórico, argumentam que o trabalho e a classe trabalhadora perderam importância em termos econômicos e, sobretudo, políticos.

É verdade que, em alguns setores da classe, houve uma regressão da autopercepção da classe trabalhadora enquanto tal. Nesse sentido, é importante frisar que o Partido dos Trabalhadores – inclusive com essa denominação –, foi o resultado político de um processo de tomada de consciência de setores cada vez mais amplos dos trabalhadores brasileiros sobre a sua condição de classe e da necessidade política que deriva disso em termos de auto-organização, inclusive partidária. Essa autopercepção, com altos e baixos, cresceu ao longo dos anos 1970 e 1980. Mas, a partir dos anos 1990, tem enfrentado crescentes dificuldades, especialmente nos setores da classe mais organizados e com maiores salários. Apesar disso, é visível como esse processo, no Brasil, é menos intenso do que em outros países da Europa e da América Latina, onde a corrosão do poder social, político e eleitoral dos partidos da classe trabalhadora

é brutal. Apesar das vitórias pontuais que a esquerda vem obtendo nesses contextos, se olharmos no longo prazo, a tendência é de enfraquecimento dos partidos orgânicos da classe trabalhadora. Significa dizer que, mesmo com essa regressão, subsiste no Brasil uma consciência de classe que segue conferindo, ao PT principalmente, uma força política relativa que o permitiu encabeçar a frente política que derrotou, ao menos na eleição para o Executivo federal e por uma pequena quantidade de votos, a extrema-direita fascista.

Essa tendência de regressão da autopercepção da classe trabalhadora tem diferentes raízes que se retroalimentam. Acho importante destacar algumas.

Em primeiro lugar, e até como resposta à força política alcançada pelo PT, as classes proprietárias – os empregadores, se quisermos usar as categorias do IBGE – promoveram um intenso trabalho ideológico que fez regredir, em certos segmentos, a autopercepção dos trabalhadores enquanto tais. A proliferação de denominações como empreendedor/a, microempreendedor/a, microempresário/a, autônomo/a são expressões disso.

O Partido deve considerar essa tendência de maneira essencialmente crítica: ao mesmo tempo em que deve buscar compreender as diferentes razões que levam os/as trabalhadores/as a negar ou minimizar seu vínculo de classe – da recusa legítima das condições objetivas da classe à força da ideologia dominante que associa características positivas às posições dominantes da estrutura social –, o PT deve ir além dessa percepção ideológica, descrevendo objetivamente a composição da classe trabalhadora brasileira, reivindicando esse pertencimento em termos econômicos e, sobretudo, políticos.

Para isso, joga contra, em segundo lugar, o fato de que a percepção da importância da(s) classe(s) regrediu também na intelectualidade, seja na intelectualidade acadêmica em geral, seja na intelectualidade orgânica do Partido. Vale frisar que, na academia

brasileira, sob profunda influência de visões eurocêntricas, chegou a predominar o diagnóstico de que vivíamos sob os marcos do fim da sociedade do trabalho, num mundo pós-industrial em que o “envelhecimento do paradigma da produção” implicaria o predomínio absoluto de teorias pós-materialistas, pós-estruturalistas e antimarxistas, razão pela qual parte da nossa “inteligência” foi surpreendida, tanto quanto a europeia e a norte-americana, pela força das economias industriais do Sul Global, China à frente, mesmo depois de o Brasil ter vivido um dos processos de industrialização mais vertiginosos no mundo.

Mas não foi apenas na intelectualidade acadêmica que o interesse na classe regrediu. Setores da própria esquerda também negligenciaram a importância dessa categoria, operando, seja no nível das formulações partidárias, seja da propaganda política, com noções que fragilizavam a importância política da classe trabalhadora. O maior exemplo talvez seja a força que categorias como “classes médias” ganharam entre certos setores da esquerda brasileira, contribuindo para o trabalho ideológico das classes dominantes de fazer a classe trabalhadora menos importante e numerosa do que ela realmente é.

Nesse sentido, é importante considerar que essa tendência de redução da importância dada à classe social levou, por sua vez, a uma redução drástica – quando comparada a outros momentos históricos – dos estudos sobre as características, as condições de vida, trabalho e organização da classe trabalhadora no Brasil. Existem exceções, claro. Para ficar em duas bem recentes, a pesquisa “O trabalho no Brasil”, feita pela Vox Populi por demanda da CUT, da Fundação Perseu Abramo e do Fórum de Centrais Sindicais entre maio e julho de 2025; e o levantamento intitulado “A situação da classe trabalhadora no Brasil”, publicado em agosto de 2025 pelo Instituto TriContinental. A esquerda em geral e o PT em particular precisam fortalecer iniciativas como essa, incentivando o estudo sistemático do trabalho e da classe trabalhadora, não só por meio

de uma linha contínua de pesquisa sobre o tema na Fundação Perseu Abramo, mas, igualmente, na militância do Partido de maneira geral, que deve, nos seus espaços específicos de atuação, produzir mapeamentos, diagnósticos e informes sobre a situação da classe e as condições da luta de classe em cada território específico. Isso é importante justamente porque o mapeamento da situação de vida, trabalho e luta da classe trabalhadora, especialmente feito a partir da militância do Partido, nos ajuda a ir além dos rótulos e denominações, entendendo as experiências diversas da classe, inclusive as que resultam numa regressão da autopercepção da classe.

Isso porque, tal regressão da autopercepção dos trabalhadores enquanto classe social e da valorização da classe como instrumento de análise e de organização, dentro e fora do Partido, também tem raízes nas mudanças materiais ocorridas na dinâmica produtiva. Essas mudanças produziram uma profunda deterioração das condições objetivas de trabalho sob o capitalismo tardio – ou, se quisermos, sob o neoliberalismo – que buscou restringir, econômica e politicamente, as possibilidades de organização da classe trabalhadora, ampliando os níveis de exploração e desigualdade. Cumpriram um papel central nisso os processos de reestruturação produtiva, flexibilização, terceirização e, principalmente, desindustrialização, que mudaram profundamente a composição da classe trabalhadora brasileira. Vale lembrar que, quando o PT se formou e cresceu, a participação da indústria de transformação no PIB era de aproximadamente 30%, hoje é de menos de 15%, sendo que a força de trabalho industrial era, até 1985, o maior setor da força de trabalho, acima do secundário (comércio e serviços) e da agricultura.

O processo de reestruturação da classe trabalhadora teve, como um dos seus principais impactos, a redução dos seus níveis de organização da classe. A maior expressão disso foi a queda nas taxas de sindicalização. Em termos gerais, a sindicalização caiu de uma média de 17,8% no período 1990-2014 para uma média de 13,3%

da força de trabalho no período 2014-2019, atingindo o patamar mais baixo da série histórica do IBGE em 2023: 8,3%, resultado da reforma trabalhista promovida pelo governo Michel Temer depois do golpe de 2016 e de outras medidas do governo Bolsonaro. Segundo dados do DIEESE, a taxa de sindicalização subiu em 2024 para 8,9%, percentual geral que varia substancialmente de acordo com o setor: no público, com carteira assinada, chega a 16,0%; no setor privado com carteira assinada, a 11,2%; no setor agrícola, a 14,8%; e entre trabalhadoras domésticas com carteira assinada, a 2,2% – reforçando a premissa de que precisamos conhecer e atuar nas diferentes realidades da classe.

Esse crescimento recente parece sugerir que, apesar dessa regressão histórica, o trabalho político dos sindicatos vai encontrando caminhos nesse novo cenário, com a sindicalização voltando a crescer depois de anos de queda, bem como com a valorização do trabalho político dos sindicatos entre trabalhadores e trabalhadoras de diferentes setores. Em termos absolutos, o número de trabalhadores/as sindicalizados/as aumentou em mais de 800 mil, chegando a 9.065.581, um aumento de aproximadamente 10% em relação a 2023. Esses números reforçam os principais achados da já mencionada pesquisa “O Trabalho e o Brasil”, realizada pelo instituto Vox Populi por encomenda pelo Fórum das Centrais Sindicais, com participação direta da CUT e da Fundação Perseu Abramo. Segundo dados da pesquisa, 68% dos trabalhadores entrevistados reconhecem a importância dos sindicatos, mesmo considerando a diversidade de condições e vínculos de trabalho da amostra, já que a pesquisa ouviu 3.850 trabalhadores em todo o país, incluindo celetistas, autônomos, informais, servidores públicos, trabalhadores de aplicativos, desempregados e aposentados. Desses, 52% avaliam positivamente a atuação dos sindicatos, embora a mesma proporção afirme não conhecer totalmente a atuação do sindicato, demandando mais presença nos locais de trabalho (49,4%) e comunicação mais acessível (37,5%) para levar a cabo as

principais reivindicações dos/as trabalhadores/as, em especial melhores salários (63,8%); geração de empregos de qualidade (36,6%); saúde e segurança (26,6%); redução da jornada (21%) e combate à discriminação (18%).

O partido orgânico da classe trabalhadora deve estar atento a essa tendência, fortalecendo e valorizando a atuação dos seus militantes em sindicatos e na organização dos trabalhadores de maneira geral, bem como tornando-se o principal porta voz das demandas dos trabalhadores, impulsionando sua mobilização. Até porque a regressão da consciência de classe, apesar de um dado real, não impediu que o PT tivesse 60 milhões de votos com apenas 8 milhões de sindicalizados. Isso mostra que a classe trabalhadora – especialmente os mais pobres e os menos escolarizados – responde bem ao chamado político do PT. O problema é que esse chamado só vem em períodos eleitorais e sob a forma de pedido de votos, o que nos permite dizer que, em certa medida, a consciência de classe é mais forte entre os trabalhadores em geral do que entre setores organizados ou mesmo entre “intelectuais” e “dirigentes”. Dito de outro modo: o PT deve tomar cuidado para não superestimar diagnósticos pessimistas sobre a possibilidade de organização e mobilização da classe trabalhadora hoje.

Na mesma linha, o PT deve estar criticamente consciente das tendências que levam à enganosa percepção de que a classe trabalhadora brasileira é menos numerosa e menos importante do que realmente é. Nesse sentido, é fundamental reafirmar que a maioria absoluta dos brasileiros integra, objetivamente, a classe trabalhadora no sentido de viver da renda do próprio trabalho, seja sob a forma de salário, seja sob a forma de ganhos em plataformas e outros dispositivos, seja sob a forma de renda advinda de pequenos empreendimentos autogeridos ou do trabalho autônomo.

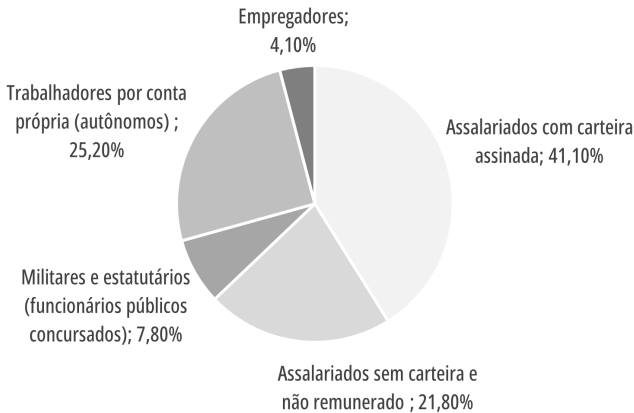
É importante explicitar que esta definição de classe parte de um referencial marxista, que concebe a classe trabalhadora essencialmente como o polo de uma relação: a classe trabalhadora – que

vive do próprio trabalho – se define essencialmente em relação à classe proprietária ou capitalista – que vive da exploração do trabalho de outros, em função da propriedade que dispõe dos meios de produção. A partir dessa definição geral, subsistem, evidentemente, diferentes frações de classe, dentro de cada uma dessas grandes classes sociais, bem como entre ambas, uma classe de trabalhadores (pequeno)proprietários. Essas frações não são abstratas, mas variam segundo cada momento histórico a partir de situações que são definidas material e ideologicamente. Nesse processo, importa considerar as situações ocupacionais, os diferentes ramos de atuação, a complexidade do trabalho, os níveis de organização e consciência de classe. Essa definição, por óbvio, não é consensual nem na esquerda em geral, nem no PT em particular. Ainda assim, o pressuposto geral deste texto é que o PT precisa aprofundar o debate teórico e prático sobre a classe trabalhadora brasileira, avançando, inclusive, na construção de uma definição mais consensual ou, pelo menos, para o estabelecimento de parâmetros mínimos para a mesma.

Isso posto, importante olhar para a situação geral da classe trabalhadora brasileira, a partir dessa definição e considerando os dados disponíveis. Assim, segundo o Boletim Mercado de Trabalho do IPEA de outubro de 2025, no 2º semestre de 2025, a força de trabalho brasileira contava com 108,6 milhões de pessoas, o que somava os 102,3 milhões de ocupados (94,2% da População Economicamente Ativa - PEA) e os 6,3 milhões desocupados/desempregados (5,8% da PEA). Apesar de a taxa de desocupação estar em patamares historicamente baixos, vale lembrar que a força de trabalho representava, no segundo trimestre de 2025, apenas 62,4% da população em idade ativa, porque os outros 37,6%, ou 65,5 milhões de pessoas, eram considerados “inativos”, ou seja, pessoas que, não obstante estarem em idade ativa, não trabalharam nem procuram trabalho nos últimos três meses. Visto por outro ângulo, significa dizer que quase 40% da população em idade ativa

estava ou desocupada ou inativa. Considerando a força de trabalho ocupada, ou seja, 102,3 milhões de pessoas, ela tinha no segundo semestre de 2025 a seguinte distribuição:

Distribuição proporcional das principais categorias do mercado de trabalho brasileiro no segundo trimestre de 2025



Fonte: Boletim Mercado de Trabalho IPEA n°80 / 2025

Elaboração: própria

Segundo esses dados, mesmo com grandes divisões internas, ligadas às condições e vínculos de trabalho, aproximadamente 95% da população ocupada do país é composta de trabalhadores e trabalhadoras que têm sua renda advinda essencialmente do próprio trabalho. A esses, se somam uma parte importante dos inativos que, ou não podem trabalhar por diferentes razões, ou desistiram de procurar emprego e encontram-se, hoje, desalentados, mas que, igualmente, em condições ideais, dependem do trabalho como principal fonte de renda.

É evidente que, partindo dessa definição geral, é preciso reconhecer que as condições de trabalho e existência variam muito no interior da classe trabalhadora. Em primeiro lugar, por diferenças que separam “a classe enquanto classe”, isto é, diferenças estruturais determinadas essencialmente pela relação, natureza e

condições de trabalho. Aqui, temos grandes desafios porque, como dito, nos últimos anos, existe uma regressão nos estudos sobre classe trabalhadora no Brasil. Até por isso, constitui uma das tarefas mais urgentes do Partido entender as diferenças que marcam os trabalhadores e a natureza do seu trabalho, que variam: segundo sua escolaridade e segundo a complexidade dos trabalhos realizados; segundo a jornada de trabalho, com destaque para os que trabalham em jornadas exaustivas, como ficou conhecido pela luta contra a escala 6x1; segundo as condições de trabalho, incluindo periculosidade, superexploração, duplas e triplas jornadas; segundo o nível de organização da categoria e, conseqüentemente, do padrão de direitos garantidos; segundo o tamanho da empresa e a natureza do seu capital; entre o campo e a cidade; entre as periferias e os centros urbanos; entre os formalizados e os diferentes tipos de informalidade.

Como ponto de partida, podemos considerar a classificação mais difundida que separa os trabalhadores em “assalariados com carteira assinada”, “assalariados sem carteira assinada”, somados a esses uma parcela menor de “trabalhadores sem remuneração”, “trabalhadores com por conta própria” e, por fim, “militares e estatutários”, ou seja, funcionários públicos concursados e com estabilidade.

Dessas categorias, a mais representativa são os assalariados com carteira assinada, que somavam 41,10% da força de trabalho no segundo trimestre de 2025. Esses são os trabalhadores formais do setor privado que, por gozarem do contrato CLT, dispõem em geral de melhores salários (próximo da média da PEA), mais direitos e mais estabilidade do que os demais assalariados sem carteira e os trabalhadores por conta própria cujos salários são, em geral, mais baixos que a média geral. São, também como vimos, trabalhadores com uma taxa de sindicalização acima da média: 11,2% contra 8,9% do geral – dados de 2024.

Na sequência, estão os “trabalhadores por conta própria” ou, se quisermos, os “autônomos”, que somam 25,2% do total da força de trabalho ocupada. Embora essa categoria envolva uma enorme diversidade de trabalhadores e de condições de trabalho, sabemos que essa categoria tem uma renda média mais baixa do que a média da PEA, só atrás dos trabalhadores assalariados sem carteira assinada, que são a terceira categoria mais representativa, constituindo 21,8% da população ocupada e contam com o pior rendimento médio. Desta categoria, fazem parte trabalhadores assalariados cuja relação salarial é disfarçada; e trabalhadores pequeno proprietários no sentido clássico do termo.

Ainda entre os trabalhadores, a menor categoria – dos militares e funcionários públicos estatutários, que constituem 7,8% da população ocupada – tem a melhor renda média entre os que vivem essencialmente do trabalho, abaixo apenas dos empregadores que estão no topo da tabela de remuneração média:

Tabela 1. Renda média por ocupação: valores absolutos no segundo trimestre de 2025 em relação à média total

Categoria	Renda média mensal
Empregadores	R\$ 8.794,30
Militares/funcionários públicos	R\$ 6.540,90
Média total	R\$ 3.476,90
Assalariados com carteira	R\$ 3.249,20
Trabalhadores por conta própria	R\$ 2.955,30
Assalariados sem carteira assinada	R\$ 2.345,60

Fonte: IPEA, Boletim Mercado de Trabalho, 2025

Elaboração: própria

Importante frisar que as diferentes situações de trabalho têm repercussões ideológicas e no nível de consciência de classe. Para tomar um indicador disso, a tabela abaixo apresenta a preferência partidária pelo PT entre as principais categorias profissionais:

Tabela 2. Percentual de preferência partidária pelo PT por situação econômica hierarquizado em relação à média geral (Pesquisa Datafolha dezembro de 2025)

Situação econômica	Preferência partidária
Aposentados	31%
Assalariados sem carteira assinada	30%
Desempregados	29%
Inativos	26%
Assalariados com carteira assinada	24%
Média geral	24%
Autônomos	23%
Dona de casa	21%
Estudante	21%
Funcionários públicos	19%
Empregadores/empresários	14%

Fonte: Pesquisa Datafolha dezembro de 2025

Elaboração: própria

Interessante notar que a preferência partidária pelo PT, embora tenha relação, não se traduz automaticamente em votos. A tabela 3, a seguir, mostra como está distribuída, hoje, a intenção de voto em Lula em um eventual segundo turno com o candidato mais provável do campo da extrema-direita:

Tabela 3. Percentual de intenção de voto em Lula no segundo turno em um eventual cenário contra Flávio Bolsonaro em dezembro de 2015

Situação econômica	Percentual de voto em Lula
Estudantes	57%
Aposentados	55%
Inativos	55%
Desempregados	54%
Assalariados sem carteira	54%
Donas de casa	53%
Funcionários públicos	52%
Autônomos	51%
Média geral	51%
Assalariados com carteira assinada	49%
Empresários	36%

Fonte: Pesquisa Datafolha dezembro de 2015

Elaboração: própria

A partir desses dados, é possível inferir que o PT tem, hoje, mais força entre os setores mais precarizados da classe trabalhadora (assalariados sem carteira assinada, desempregados e inativos), bem como entre setores que provavelmente já foram formalizados no passado (aposentados) e, como era de se esperar, mais fragilidades nos setores mais formalizados ou com maior renda (funcionários públicos), para não falar, claro, dos empregadores ou empresários. Entre os Assalariados com carteira e os trabalhadores por conta própria ou autônomos, que são também as duas maiores categorias ocupacionais do país (representando respectivamente 41,10% e 25,6% da PEA em 2025), o desempenho do PT segue basicamente a média (24% e 23% basicamente).

Se é verdade, por um lado, que a fragmentação e precarização da classe dificultam, em parte, o trabalho político de conscientização e organização da classe trabalhadora, também é verdade que não parece existir, necessária e inevitavelmente, uma resistência nesses setores ao PT. Ao contrário. Os dados parecem indicar que é jus-

tamente nos setores mais precarizados da classe trabalhadora que a força social do PT e seu apoio eleitoral parecem ser mais fortes. Por outro lado, entre os trabalhadores assalariados com carteira assinada – que constituem, sem dúvida, o setor mais estruturado e mais bem remunerado da classe –, a força do PT parece ser relativamente menor. Tanto é assim que é justamente neste setor, que compõe o maior percentual da força de trabalho hoje (41,1% da PEA), que a intenção de voto em Lula é menor, proporcionalmente, quando comparada aos demais setores da classe trabalhadora (a saber: aposentados, desempregados, inativos, autônomos, assalariados sem carteira e funcionários públicos). Vale notar que, ainda que Lula ganhe nesse setor, sua votação cai abaixo da média geral (Lula tem 51% de intenção de voto em geral, 49% neste setor específico). Entre os empresários, claro, a intenção de voto em Lula é a mais baixa, sendo este, aliás, o único setor em que o petista perderia para Flávio Bolsonaro (36% a 43%) caso a eleição fosse em dezembro de 2025.

A partir dessa categorização geral baseada em perfil ocupacional ou situação de trabalho, sabemos que subsiste muita diversidade e, principalmente, muita desigualdade. Nesse sentido, é preciso considerar as grandes diferenças que separam os operários industriais dos trabalhadores do setor de serviços e estes últimos dos trabalhadores do setor agrícola. Nesse sentido, a indústria de transformação envolvia 11,6% da população ocupada total no segundo trimestre de 2025, percentual abaixo de outros setores, como comércio (19%), saúde e educação (13,3%), Informática, finanças e serviços a empresas (12,8%), embora acima de outros setores relevantes, como agropecuária (7,5%), construção civil (7,1%), transporte (5,8%), serviços pessoais (5,4%), administração pública (5,1%), alojamento e alimentação (5,3%) e serviços domésticos (5,6%).

A essas diferenças estruturais ligadas à própria condição de trabalho se somam duas outras: as diferenças estruturais ligadas à raça e ao gênero. Essas diferenças ganharam proeminência nos últimos anos tanto por conta dos novos ataques da extrema-direita

(e da própria direita) contra mulheres e negros quanto em função do importante trabalho político que vem sendo realizado pelos movimentos negro e feminista que produziu uma importante resistência intelectual e prática a essa investida.

Sobre esse ponto, vale frisar que se o gênero e a raça têm importância desde sempre é justamente porque impactam profundamente as condições reais de existência dos trabalhadores e das trabalhadoras.

É substancialmente diferente ser mulher e enfrentar a sobrecarga associada ao trabalho reprodutivo, que fica praticamente sob sua responsabilidade integral, e ser homem e ter, por isso mesmo, o privilégio de dispor de mais tempo para, por exemplo, descanso, lazer, qualificação e participação política. Dados sobre isso não faltam: as mulheres trabalham, em média, quase 10 horas a mais por semana do que os homens em atividades domésticas segundo dados do IGBE. Até por isso, a taxa de sindicalização das mulheres é substancialmente menor do que a os homens; a diferença salarial é ainda gritante – em 2019, enquanto os homens ganhavam 10% a mais do que a média, as mulheres ganham 13% a menos, um fosso de quase 30% de diferença salarial; a taxa de desemprego entre mulheres é cerca de 7% maior do que entre homens, ao mesmo tempo que o percentual de lares chefiados por mulheres é cada vez maior. A toda essa desigualdade estrutural se soma a violência que vem crescendo e atingindo níveis brutais, com uma verdadeira epidemia de feminicídios em curso no país, insuflada pelo machismo e pelo masculinismo tóxico da extrema-direita: os feminicídios no país aumentaram 0,7% em 2024, chegando a 1.492 vítimas; ao passo que as tentativas de feminicídio aumentaram 19%, chegando a 3.870 vítimas. Das mulheres assassinadas, 80% foram mortas por companheiros ou ex-companheiros e 63,6% eram mulheres negras.

Do mesmo modo, é totalmente diferente a condição de existência dos trabalhadores e trabalhadoras negros, cujo processo de racialização remonta à herança escravocrata constantemente

atualizada para prender esses trabalhadores a condições de superexploração do trabalho, em empregos piores, salários menores, jornadas maiores, condições de vida mais precárias, sem falar na violência policial sistemática que recai especialmente sobre os jovens negros das periferias do país. Segundo dados da PNAD/IBGE sistematizados pela pesquisa “A situação da classe trabalhadora brasileira”, do Instituto TriContinental, em 2019, o salário médio dos trabalhadores brancos era quase 45% maior do que os trabalhadores pretos e pardos – enquanto o salário médio dos trabalhadores brancos foi de R\$3.712,50, o salário médio dos trabalhadores pretos foi de R\$2.099,25, enquanto dos trabalhadores pardos foi de R\$ 2.135,25. Igualmente, os negros, pretos e pardos perdem, em média, mais tempo no deslocamento trabalho-residência do que os brancos: 36,6% dos negros demoram mais do que 30 minutos neste deslocamento, ao passo que, entre os brancos, esse percentual era de 31,8%. Os dados sobre encarceramento também são impressionantes: de 1990 a 2020, o número de pessoas encarceradas cresceu 900%, passando de pouco mais de 90 mil em 1990, para quase 900mil três décadas depois. Dessas, a maioria absoluta são jovens, negros, de baixa escolaridade e em situação provisória (aproximadamente 40%). Por fim, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública dá conta de que, em 2025, 79% das vítimas de morte violenta intencional eram negros, 73% por arma de fogo.

Nesse sentido, é fundamental afirmar três coisas sobre as estruturas de gênero e raça que marcam profundamente a classe trabalhadora brasileira:

1) Não se trata apenas de “identidades”, muito menos de movimentos “identitários”: a percepção liberal de que gênero e raça são apenas “identidades” escolhidas e/ou puramente construídas deve ser duramente combatida pelo PT. É da dimensão material e, portanto, estrutural da existência enquanto trabalhadores/as que estamos tratando. Não são apenas identidades, são estruturas que definem as condições de vida (e de morte) de milhões de

trabalhadores e trabalhadoras. Só na perspectiva liberal pode ser considerado uma “escolha identitária” ser mulher e estar exposta a uma epidemia de feminicídio; ser mulher e arcar com a sobrecarga do trabalho reprodutivo; ser negro e estar sujeito à execução policial à luz do dia, sob o eufemismo de um “auto de resistência”; ser negro e estar submetido à constante superexploração do trabalho. É evidente que a cultura importa, e muito. Mas é fundamental reconhecer a dimensão estrutural desses marcadores da experiência.

2) Da mesma forma, não estamos falando de “minorias”. A população negra é a maioria do povo brasileiro. Segundo dados do Censo de 2022, os negros somam 55,5% da população brasileira, sendo 45,3% de pardos e 10,2% de pretos, a maioria absoluta desses, trabalhadores e trabalhadoras. As mulheres também são a maioria da população e da classe trabalhadora brasileira. Ainda segundo o Censo de 2022, 51,5% da população do país é composta por mulheres, maioria que se explica, também, pela alta taxa de mortalidade de homens jovens da classe trabalhadora brasileira, principalmente negros, que morrem seja por acidente de trabalho, seja por crime com arma de fogo.

3) Por fim, não são setores politicamente menos importantes. Ainda que por razões que se ligam às suas próprias condições de existência, as mulheres e os negros não sejam maioria nas formas clássicas de organização da classe trabalhadora brasileira, a saber, os sindicatos e os partidos, é fato que esses têm sido setores absolutamente fundamentais para a força política do PT enquanto partido orgânico da classe trabalhadora. Pelo menos desde 2014, têm sido as mulheres e os negros – ao lado dos mais pobres, dos menos escolarizados e dos nordestinos – que têm decidido as eleições em favor do PT. Nas eleições de 2022, enquanto Lula concentrou seu apoio entre pobres (que ganham até 2 salários-mínimos), negros (em especial a população preta) e mulheres, sobretudo do Norte e Nordeste; Bolsonaro teve seu apoio principal entre homens, brancos, de renda alta e média do Sul e Sudeste.

Essa tendência continua em vigor. Segundo a última pesquisa Datafolha, realizada em dezembro de 2015, considerando o eventual cenário de um segundo turno com Flávio Bolsonaro como candidato da direita, Lula tem 53% de intenção de voto entre as mulheres no segundo turno, e 49% entre os homens, ao passo que Flávio Bolsonaro tem 37% de intenção de votos entre homens, contra 35% de mulheres. O mesmo ocorre quando olhamos para o recorte racial: Lula e Flávio Bolsonaro empatam tecnicamente entre brancos, o petista com 44% de intenção de votos enquanto o bolsonarista tem 43%. Diferença importante quando olhamos para a intenção de voto entre pardos, com o petista alcançando 52% contra 36% do bolsonarista e, principalmente, entre pretos, com Lula chegando a 61% de intenções de voto, enquanto Flávio Bolsonaro não passa de 25%.

Quando olhamos para os dados de preferência partidária, o cenário muda um pouco. Enquanto o PT é o partido de preferência de 25% dos homens brasileiros, entre as mulheres, a identificação com o Partido cai para 23% - apesar da diferença estar dentro da margem de erro, o contraste com a distribuição de voto em Lula que sugere que o PT precisa avançar no seu trabalho com as mulheres. Por outro lado, quando olhamos para a estrutura racial, a mesma distribuição do voto presidencial se mantém: a preferência pelo PT entre brancos é de 19% (abaixo da média de 24% no conjunto da população), entre pardos 25% (na média) e, entre pretos, 29% (acima da média) – acompanhando a tendência de distribuição da intenção de voto: na pesquisa espontânea, Lula tem em média 24% das intenções de voto, sendo assim distribuído: entre brancos, 20%, portanto abaixo da média), entre pardos, 25% (na média), e entre pretos (29%, acima da média).

A esses dois marcadores estruturais – de raça e gênero – se somam outros, com especial atenção para as diferenças regionais, educacionais e religiosas. Essas diferenças são importantes porque

têm raízes e expressões materiais e ideológicas e devem ser tratadas a partir dessa complexidade.

Sobre a questão regional, existem muitos dados que dão conta das enormes distâncias que separam as condições de vida da classe trabalhadora do Sul e Sudeste, das condições que predominam no Norte e Nordeste, e em menor medida no Centro-Oeste. Tanto assim que já é consenso entre nós, petistas, que a questão regional é econômica e politicamente relevante.

Tomando, por exemplo, a taxa de desemprego no segundo trimestre de 2025, vemos que, enquanto a média nacional foi 5,8%, três regiões ficaram abaixo da média: Sul (3,4%), Sudeste (5,3%) e Centro-oeste (4,6%); ao passo que duas, Norte (6,5%) e Nordeste (8,2%), ficaram acima. Só esse dado já demonstra que a unidade “Brasil” esconde enormes diferenças – e desigualdades – regionais.

Isso é ainda mais relevante porque essas diferenças econômico-materiais se expressam em diferenças ideológicas que têm sido cruciais para nós: o Nordeste – e em alguma medida, o Norte – foram regiões fundamentais para o nosso sucesso eleitoral nas últimas eleições presidenciais, ao passo que no Sul, Sudeste e Centro-Oeste temos enfrentado enormes dificuldades. Vamos lembrar que, no primeiro turno de 2022, Lula venceu em todos os estados do Nordeste e na maioria dos estados do Norte, mas perdeu em todos os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com exceção de Minas Gerais, quadro que se repetiu integralmente no segundo turno daquele ano.

Essa dinâmica se relaciona com a preferência partidária. A preferência pelo PT no Nordeste chega a 31%, no Sudeste, fica na média de 24%, e, no Sul e Centro-Oeste, cai abaixo da média, ficando em 19%.

Apesar da importância desse quadro, o Partido tem formulado pouco sobre a questão regional, para além da constatação do peso maior das políticas públicas – Bolsa Família, Luz para Todos, Minha Casa, Minha Vida etc. – nas regiões mais pobres do país.

Isso provavelmente é verdade, mas não é suficiente para explicar os problemas que temos enfrentado em algumas regiões do país em termos políticos (e organizativos).

Outra dimensão que precisamos ter em conta quando analisamos a classe trabalhadora brasileira é a preferência religiosa. Sobre isso, é preciso chamar a atenção para o enorme crescimento dos evangélicos na composição religiosa do país ao longo das últimas três décadas, atingindo 26,9% da população, ou seja, 47,4 milhões de pessoas no Censo de 2022. Se é verdade que, pelos dados do último Censo, os evangélicos seguiram crescendo (com um aumento de 5,2% em relação ao Censo de 2010), também é verdade que esse crescimento foi menor do que o período anterior (6,5% entre os Censos de 2000 e 2010) e menor do que o esperado pelo senso comum geral. Por outro lado, cresceu de maneira expressiva e, em alguma medida, surpreendente, o número dos brasileiros que se declaram “sem religião”: 9,3% da população (eram 7,9% em 2010), constituindo a terceira “denominação religiosa” mais importante do país. A maior religião do país segue sendo o catolicismo (56,7% da população em 2022), ainda que este grupo religioso siga em queda quando comparado a períodos anteriores. Seja como for, a questão religiosa segue sendo importante, especialmente pelas suas repercussões ideológicas.

Tomando, de novo, a pesquisa Datafolha de dezembro de 2025 e considerando a preferência partidária, temos que a preferência pelo PT entre católicos é de 30% (+6% em relação à média), ao passo que, entre evangélicos, cai para 16% (-8% em relação à média). Isso tem repercussões, evidentemente, na preferência eleitoral. Se o cenário de segundo turno for contra Flávio Bolsonaro, Lula tem 58% contra 31% de intenção de voto entre católicos, percentual que se inverte completamente entre evangélicos: Lula perde de 31% a 50% em favor da extrema-direita. Esses dados nos obrigam, logicamente, a pensar o problema da religião desde uma perspectiva político-organizativa: como dialogar e organizar setores religiosos

da classe sem abrir mão do princípio fundamental de que o PT é um partido laico?

Por fim, vale considerar o tema da escolaridade. Essa é uma dimensão relevante especialmente porque os dados são contraintuitivos. A preferência pelo PT – e, por tabela, a intenção de voto em Lula – cai quanto maior a escolaridade. Isso nos coloca algumas questões. A primeira diz respeito ao desafio de abandonar, de uma vez por todas, os resquícios elitistas que associam consciência política e escolaridade formal. A segunda é que esses dados reforçam a ideia de os setores da classe trabalhadora que mais dependem da ação coletiva são os que, em geral, mais apoiam o PT, a saber: os de menor remuneração, os mais precarizados, os menos escolarizados. Por fim, vale notar que o PT – corretamente – promoveu uma política de expansão do ensino superior que passou de aproximadamente 3 milhões para quase 9 milhões de alunos/as matriculados no ensino superior entre 2003 e 2016, crescimento que veio acompanhado de políticas de democratização do acesso como, por exemplo, cotas sociais e raciais, nacionalização do Exame Nacional do Ensino Médio, interiorização dos *campi* universitários, abertura de novas universidades e institutos federais, políticas de assistência estudantil (PNAES) e políticas bolsas como PROUNI e financiamento estudantil (FIES) para o ensino privado.

Essa expansão e democratização, no entanto, não parece ter se revertido em apoio político ao PT por parte dos beneficiados dessas políticas. É preciso investigar melhor as causas desse aparente paradoxo: faltou politizar as transformações e políticas implementadas? Faltou avançar na mudança estrutural do ensino superior, fortalecendo ainda mais o setor público em relação ao privado, hoje em franca migração para o ensino a distância? Faltou incidir mais sobre os currículos? Faltou uma transformação econômica e social que abrisse espaço, no mercado de trabalho, para esses novos setores qualificados?

Tabela 4. Preferência partidária pelo PT e intenção de voto em Lula no segundo turno (cenário contra Flávio Bolsonaro)

Escolaridade	Preferência partidária pelo PT	Intenção de voto em Lula num eventual 2º turno
Fundamental	31%	63%
Média	23%	46%
Superior	18%	46%

Fonte: Pesquisa Datafolha dezembro de 2025

Elaboração: própria

Também em função do trabalho de conscientização do movimento LGBTQIAPN+, as diferenças de perfil de ocupação, gênero, raça, região e religião se somam aquelas ligadas à orientação/escolha sexual. Aqui, de novo, embora a dimensão cultural seja importante, também estamos diante de condições de existência bastante concretas: o Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo. Pelo 16º ano consecutivo, o país lidera os rankings globais de assassinato dessa população, com destaque para o assassinato de mulheres transsexuais e travestis, negras, do Norte e Nordeste – o que constitui uma expressão brutal da assim chamada interseccionalidade. Essa não pode ser, para nós, uma questão menor. Ao contrário, devemos ter compromisso com a liberdade sexual e com a defesa intransigente dos direitos humanos.

Em todo caso, independentemente das diferenças que separam a experiência dos diferentes setores da classe trabalhadora brasileira, é fundamental – politicamente falando – lembrar aquilo que os unifica como classe.

De um lado, como já dito, o fato de a classe trabalhadora depender essencialmente do próprio trabalho para garantia da sua sobrevivência: a classe trabalhadora vive do trabalho, e esse não é um detalhe menor, especialmente considerando que uma outra parcela da sociedade vive, essencialmente, da exploração desse trabalho sob a forma direta de lucro ou indireta, de juros e renda. De outro lado e ligado a isso, o fato de que a classe trabalhadora, inde-

pendentemente da sua condição específica, enfrentar um processo crescente de mercantilização da vida. Em outras palavras: além de depender do próprio trabalho para sobreviver, seus meios de subsistência são cada vez mais mercantilizados, ou seja, se tornam mercadorias que, portanto, só podem ser acessadas no mercado por meio de recursos financeiros, dinheiro ou crédito. Isso torna a classe trabalhadora cada vez mais dependente do trabalho e de jornadas cada vez mais extensas de trabalho. No processo de mercantilização da vida, merece destaque a mercantilização do próprio processo de reprodução social da classe: os trabalhos de cuidado, especialmente em escolas, creches, hospitais, asilos; bem como as atividades de reposição da força de trabalho, como alimentação, locomoção, incluindo descanso e lazer são cada vez mais privatizados e, assim, tornados mercadorias acessíveis apenas pela mediação do mercado.

Isso é absolutamente crucial porque nos aponta para a necessidade de construir um programa tanto para reduzir jornada, melhorar a remuneração e impor limites à exploração do trabalho também se volte para melhorar as condições de vida e ampliar a força relativa da classe trabalhadora brasileira. Esse programa, dentre outras dimensões, deve dar prioridade à desmercantilização da vida, por meio da garantia universal de serviços públicos de qualidade, em especial os ligados à reprodução da vida e ao cuidado, isto é: creches, escolas, hospitais, casas de repouso, alimentação, locomoção, moradia, descanso e lazer.

No entanto, um programa ousado pressupõe força política, e força política pressupõe **uma nova forma de organização do Partido, adequada às novas condições, para que ele seja capaz de cumprir a tarefa essencial de organizar a classe trabalhadora brasileira e implementar um programa robusto, que melhore substancial e relativamente as condições de vida da classe e aumente o seu poder social e político.**

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que, a partir da mudança na composição da classe trabalhadora, especialmente a partir da desindustrialização que se inicia na segunda metade dos anos 1980, muitos dos mecanismos que facilitavam o trabalho de autopercepção e organização da classe se fragilizaram, em particular, a reunião de muitos trabalhadores/as em um mesmo local de trabalho e a existência de condições materiais ligadas, por exemplo, à estabilidade do emprego formal. Isso significa, em grande medida, que a função de fortalecer a consciência de classe dos trabalhadores/as, aumentando sua autopercepção enquanto classe, deixou de ser – para setores crescentes – uma decorrência “espontânea” e passou para o Partido, que deve orientar e organizar sua militância para atuar de maneira direta e sistemática junto aos trabalhadores e trabalhadoras. Isso exige do PT muito mais atuação política nos territórios – entendidos como locais de lazer, culto, militância, moradia – bem como uma atuação ainda mais intensa nos locais de trabalho, até porque grande parte da classe segue trabalhando em condições “clássicas”.

Dito de outro modo: a criação do PT esteve muito ligada aos setores mais organizados e estruturados da classe trabalhadora brasileira – particularmente, o operariado urbano e trabalhadores qualificados como bancários, professores, servidores da saúde, servidores públicos em geral, petroleiros, químicos etc. Esses setores eram, à época, relativamente mais numerosos, mais importantes economicamente e mais sindicalizados do que são hoje e, por isso, além de tornarem mais fácil o trabalho de mobilização social, também “emprestaram” sua força política e sua organização ao PT. Hoje, como dito, a maior parte da classe trabalhadora é formada por trabalhadores informais e precarizados (autônomos, assalariados sem carteira, desempregados e inativos) que, no entanto, apoiam o PT relativamente mais do que os setores formalizados e organizados da classe (assalariados com carteira assinada e com maiores taxas de sindicalização) – tal como expresso nos dados de

preferência partidária e intenção de voto em Lula nas eleições de 2026.

Acontece que estes setores mais precarizados votam em nós, mas, entre uma eleição e outra, não têm capacidade organizada de mobilização à altura de seu peso eleitoral. Isso nos obriga a pensar os desafios específicos de organizar a classe trabalhadora nessa nova configuração.

Nesse sentido, um primeiro desafio está posto pela digitalização do trabalho, que tem gerado um percentual crescente de trabalhadores/as remotos, que trabalham de casa, muitas vezes sem vínculo interpessoal com outros trabalhadores da mesma empresa ou setor. Essa fragmentação e atomização também se dá no caso dos trabalhadores “autônomos” ou “por conta própria”, cujo vínculo com outros trabalhadores é frágil, assim como é frágil a identificação do patrão/empregador e sua representação em relação a ele; e mesmo entre os assalariados com ou sem carteira, cuja rotatividade no emprego aumentou muito. É evidente que a organização desses/as trabalhadores/as não pode estar baseada apenas nos métodos tradicionais, muito vinculados ao local de trabalho. Essa mudança estrutural na composição da classe trabalhadora e suas condições de mobilização demanda estudo e reflexão e, mais do isso, tentativas práticas de organização e representação desses trabalhadores/as. Acho importante frisar que a experiência nos ensina que é na tentativa e erro, ou seja, na prática concreta que encontraremos os caminhos políticos para organização da classe, mas, para tanto, é preciso que o Partido dê centralidade ao trabalho sindical dos seus militantes.

Desafio análogo se coloca pela crescente individualização do consumo cultural, de notícias e informação. O crescimento vertiginoso das redes sociais e do streaming levou os/as trabalhadores/as a uma enorme diversificação no acesso à cultura e à informação, muitas vezes moldado por algoritmos que reforçam e cristalizam valores, percepções e orientações ideológicas. Essa dinâmica é re-

lativamente nova. Cresceu a partir da popularização dos celulares inteligentes (*smartphones*) na segunda metade da década de 2010 e da autorização de venda de pacote de dados com internet livre para alguns aplicativos, ferindo o princípio de neutralidade da rede inicialmente previsto no Marco Civil da Internet. Isso deu acesso privilegiado a aplicativos como Whatsapp, Instagram e Facebook, ajudando-os a dominar o mercado brasileiro, fazendo desse um dos seus principais, quando não o principal, mercado de consumo dessas empresas. Isso possibilitou a elas o acesso indiscriminado a informações pessoais e dados, úteis para a construção de perfis de consumo político para disparos em massa de notícias, informações e propagandas direcionadas (como descrito no caso da Cambridge Analytica, esquema depois reproduzido nas eleições de 2018, 2020, 2022 e 2024 no Brasil).

Outro desafio importante à organização dos trabalhadores/as está, justamente, na sobrecarga de trabalho. É preciso compreender a fundo essa dinâmica: a crescente mercantilização da vida, que exige que o acesso a bens e serviços exclusivamente pelo mercado, logo, mediados pela renda do trabalho, conduz os/as trabalhadores/as necessariamente a uma sobrecarga: trabalhar cada vez mais para arcar com um custo de vida cada vez mais alto que advém não só da inflação, mas do aumento constante dos bens e serviços acessados essencialmente pelo mercado. Um exemplo simples e fácil de entender é o próprio celular com seu plano de internet, um bem e um serviço que não faziam parte da cesta de consumo dos/as trabalhadores/as há pouco mais de uma década e hoje se tornaram itens indispensáveis. Para dar conta de adquirir essa e tantas outras mercadorias de consumo quase obrigatório, os trabalhadores/as estão, por um lado, se endividando em massa, por outro, aumentando suas jornadas de trabalho ou até mesmo seus vínculos empregatícios, como forma de complementar renda. Essa sobrecarga tem, como efeito mais importante, a redução do tempo disponível para vida social, o que inclui, além do lazer, da sociabilidade, do des-

canso e da convivência familiar, a atividade política, contribuindo para aumentar a insatisfação geral ligada tanto à sensação de constante perda de poder de compra quanto de exaustão, infelicidade, solidão e desilusão que emerge da redução drástica do tempo livre, que inclui tempo para se divertir, descansar, dormir e sonhar. Isso torna especialmente sedutores os apelos aparentemente antissistêmicos da extrema-direita, bem como a pregação de sucesso financeiro e bem-estar das igrejas, especialmente as neopentecostais, que tornam o vício da vida ascética – sem descanso, sem lazer e sem política – em virtude moral do “cidadão de bem”.

Esse novo cenário – apenas esboçado em linhas gerais neste texto – obriga o PT a pensar e promover mudanças organizativas. Um aspecto essencial a ser considerado nesse processo é que, se a organização dos trabalhadores se torna cada vez menos espontânea, a esquerda em geral e o PT em particular passam a depender cada vez mais de trabalho organizativo realizado por lideranças cada vez mais bem formadas para lidar com essa nova situação. Outro aspecto a se considerar é que se o local de trabalho, para determinados setores da classe trabalhadora, se torna menos importante e se o tempo livre está, no geral, cada vez mais comprimido, é preciso priorizar os espaços de lazer e moradia, com uma atuação muito firme nos territórios, envolvendo atividades diversas como festas, eventos culturais e solidários, atividades de formação política e qualificação profissional e espaços físicos permanentes de encontro e socialização.

Essas mudanças organizativas devem contribuir, em essência, para fazer o PT voltar a ser um instrumento político de organização e mobilização dos/as trabalhadores em todos os terrenos e não apenas no eleitoral. Isso é fundamental para que o PT, nesse novo cenário, amplie a sua força política e social dando sustentação ao seu programa estratégico: **construir uma sociedade socialista, derrotando as classes dominantes para fazer da classe trabalhadora brasileira classe dominante.**

II) CONSTRUIR UMA SOCIEDADE SOCIALISTA

Embora o programa do Partido não seja o foco central deste documento, considero consenso no PT a diretriz que aponta para um programa que, no mínimo, beneficie substancialmente a classe trabalhadora brasileira, seja por meio de um processo de redução de jornadas, valorização de salários e garantia de direitos; seja por meio de um processo robusto de desmercantilização da vida, garantindo serviços públicos de qualidade. Essas linhas programáticas gerais já nos colocam diante de um fato político incontornável: existe uma contradição essencial entre os interesses da classe trabalhadora e os interesses da classe dominante, em particular, da burguesia e suas diferentes frações.

Assim, reduzir o espaço do setor privado no campo da educação significa necessariamente enfrentar o empresariado da educação. Fortalecer o Sistema Único de Saúde é colidir com os interesses do setor de saúde suplementar, via planos de saúde, convênios e hospitais particulares. Garantir creches públicas vai na contramão dos interesses do setor privado. Um programa robusto de moradia popular não avança sem enfrentar o capital imobiliário. Serviços básicos de fornecimento de água, luz e transporte de qualidade pressupõe enfrentar os processos de privatização. Alimento de qualidade só com reforma agrária e subordinação econômica e política do agronegócio. Redução da jornada de trabalho sem redução de salário só com o confronto direto dos interesses dos empregadores em pagar salários menores com jornadas maiores. Enfrentar as condições de superexploração dos trabalhadores negros, contribuindo para a valorização da massa salarial e das condições de trabalho de toda a classe, é colidir com séculos de dominação. Reconhecer o peso do trabalho reprodutivo, incluindo-o nos custos gerais de reprodução da força de trabalho, é reduzir a margem de lucro do empresariado como um todo.

Isso sem falar que um programa de garantia de serviços públicos de qualidade depende, essencialmente, de orçamento público; orçamento este capturado pelo setor financeiro brasileiro que, hoje, sob a autonomia do Banco Central e o oligopólio financeiro privado, usufrui de uma das maiores taxas de juros reais do mundo, o que fez o país pagar R\$ 1 trilhão de juros em 2025, um recorde histórico indecente para um país com as desigualdades brasileiras.

Em outras palavras, fazer valer os interesses da classe trabalhadora implica, necessariamente, entrar em contradição com interesses estruturais da classe dominante, a chamada burguesia, em particular, sua fração financeira e agrário-exportadora. Isso é verdade no geral, e é ainda mais verdade em formações sociais como a brasileira, em que o peso da dependência de uma estrutura patriarcal e racista secular produziu um capitalismo essencialmente baseado na superexploração de amplos setores da classe trabalhadora.

Isso deveria ser evidente para o PT que, enquanto partido orgânico da classe trabalhadora, foi duramente marginalizado e combatido pelas classes dominantes do país desde sua fundação, e muito especialmente depois que assumiu o controle do governo federal. A tentativa de criminalização de parte central da cúpula do partido – que culminou na prisão de Lula em 2018 – é expressão disso; a tentativa da classe dominante de tentar interditar o PT a partir do golpe de 2016, idem.

Em suma: a natureza do PT, como partido de classe, o coloca obrigatoriamente diante do caráter incontornável da luta de classes ou, se quisermos, as contradições que organizam a dinâmica política no sistema capitalista mundial, hoje em crise. Assim, se é verdade que, em determinadas circunstâncias, o PT pode e deve fazer alianças táticas com setores específicos das classes dominantes, também é verdade que – considerando o horizonte histórico do Partido de fazer da classe trabalhadora classe dominante – essas alianças não podem ser alianças estratégicas.

Do ponto de vista estratégico, o objetivo do PT é organizar e representar a classe trabalhadora brasileira, fazendo dela classe dominante para que o Estado brasileiro seja colocado a serviço da maioria da população. Dito de outro modo, o objetivo estratégico do PT é construir um Brasil socialista. Isso nos coloca diante de um desafio político específico: alargar o horizonte de expectativa das classes trabalhadoras, enfrentando não só a tendência à desmobilização quanto a desilusão geral que conduz à indiferença e/ou à adesão ao discurso destrutivo da extrema-direita. Isso implica uma tarefa específica: recuperar a ideia de que podemos construir uma nova sociedade e um novo Brasil, reconquistando a ideia de futuro.

III) ALARGAR O HORIZONTE DE EXPECTATIVAS DA CLASSE TRABALHADORA

As duas tarefas históricas analisadas até aqui, a saber, 1/ organizar a classe trabalhadora (para) 2/ construir uma sociedade socialista no Brasil podem ressoar, para muitos, não só como excessivamente ousadas, mas também como contraproducentes. Seria um horizonte quase utópico no mau sentido da palavra, de um objetivo histórico “impossível” que, além de inalcançável, consumiria grande parte de nossas energias militantes, impedindo-nos de conquistar “o possível”. Ou, numa linguagem mais simples e popular, o famoso pragmatismo “do ótimo é inimigo do bom”. Essa leitura é perfeitamente coerente com o horizonte de expectativas hegemônico da nossa época.

A noção de “horizonte de expectativas” se presta a pensar a “estrutura temporal” de um determinado tempo histórico. Para simplificar, estamos falando da perspectiva de futuro que marca a experiência social em determinados contextos. Assim, para certas sociedades, o tempo é circular e o futuro simplesmente não existe; para outras, o futuro é a coisa mais importante e é para ele

que devemos nos direcionar. Em certos contextos, o futuro parece sombrio e ameaçador; em outros, aberto e promissor.

É nesse sentido que alguns vão contrapor ao futurismo que predominava no início do século 20, marcando uma orientação ao futuro característica dos movimentos revolucionários dessa época, o presenteísmo predominante no início do século 21, que ajuda a explicar o ultrarrealismo ou o pragmatismo conformista de parte da esquerda que acha “mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”.

Ao considerar, no curto e médio prazos, a construção de uma sociedade socialista um horizonte impossível, muitos setores da esquerda brasileira e mundial operam dentro do horizonte rebaixado que predomina nas sociedades capitalistas, incluindo a brasileira, no atual contexto histórico. De certa forma, é esperado que o Partido, seus militantes e seus dirigentes assumam a perspectiva de futuro socialmente predominante. Até porque o horizonte de expectativas, ou, simplesmente, a perspectiva de futuro socialmente compartilhada é um aspecto em geral, pouco problematizado em qualquer contexto.

Daí porque é preciso assumir como tarefa histórica – consciente e organizada – justamente alargar o horizonte de expectativas com o qual atua a classe trabalhadora. Nossa perspectiva deve priorizar o futuro não só como realidade provável – o que pressupõe uma postura passiva sobre o devir do país e do mundo –, mas como realidade possível – o que nos obriga a pensar sobre como devemos agir diante do atual contexto para construir a sociedade que defendemos.

Para tanto, o inconformismo, a indignação e a ousadia devem ser tão ou mais valorizados e incentivados entre militantes que o pragmatismo, o realismo e a responsabilidade política. Até porque, em excesso, qualquer desses traços pode ser contraproducente do ponto de vista político.

Tudo isso parece muito abstrato, mas é fácil de entender quando lembramos que o ciclo de independências nacionais que deram origem aos principais países da América, incluindo o Brasil, se deu num contexto marcado pela consolidação de um horizonte de expectativas profundamente otimista e orientado para o futuro. A partir do fim da Idade Média – uma época que projetava um futuro marcado pautado no medo do fim dos tempos, do juízo final, da condenação divina, do inferno etc. –, a longa transição cultural aberta pelo chamado “Renascimento” vai desaguar na chamada “era das revoluções” a partir do final do século 18: revolução científica, revolução industrial, revolução nacional, revolução democrático-burguesa, revolução socialista. Estava aberto um novo tempo, não mais pautado no medo e na tradição, mas orientado, em última instância, para o futuro, na certeza de que seria possível construir, neste mundo e a partir da ação humana organizada, uma sociedade melhor, no limite, uma sociedade comunista, nascida da superação do capitalismo pelo socialismo. As independências da América vão ocorrer, como dito, nesse contexto, já sob o marco das revoluções burguesas europeias e norte-americana, mas também sob a sombra da revolução popular e negra do Haiti de 1791.

Não é exagero dizer que, de todas as independências americanas, a brasileira foi a mais conservadora. Não só porque preservou mais do que em outros lugares os laços de dependência com a Europa, encarnados na monarquia, depois tornada império, dos Orleans e Bragança, mas porque conservou a essência da estrutura econômica e social colonial, marcada pela grande propriedade, monocultora, exportadora e, sobretudo, escravocrata. Mesmo sob um horizonte de expectativas aberto e inspirado por ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, a oligarquia brasileira, depois transmutada em burguesia, foi incapaz de imaginar uma comunidade nacional de iguais. Ao contrário, reafirmou a violência, a dominação e a desigualdade do período anterior, inaugurando um longo ciclo de modernização conservadora em que as classes

dominantes locais, lideradas pela burguesia, mais conversa do que transforma. Vide os impulsos golpistas e autoritários e os vínculos com o setor agrário exportador da direita brasileira, para não falar do culto ao tradicionalismo medieval de grande parte da extrema-direita.

Florestan Fernandes, um dos mais importantes militantes e intelectuais do PT, vai ser categórico ao afirmar que, a depender da burguesia brasileira, nosso destino nunca irá muito além desse horizonte tacinho, incapaz de realizar sequer o ideal burguês de uma nação soberana formada por uma comunidade de cidadãos formalmente iguais, embora socialmente divididos em classes. É por isso, dirá Fernandes, que nem sequer o ideal democrático do povo-nação a burguesia brasileira, marcada pelo racismo e pelo elitismo, é capaz de aceitar, não sendo por qualquer outra razão, que o Brasil só vai instituir o sufrágio universal nas eleições de 1989, cem anos depois da Proclamação da República e quase dois séculos depois da declaração de Independência, ocorrida na esteira das primeiras revoluções democrático-burguesas.

Esse caráter profundamente conservador das classes dominantes brasileiras não se deve apenas à herança cultural da escravidão. Tem raízes estruturais continuamente atualizadas: o capitalismo dependente brasileiro – reproduzido ao longo do tempo por escolhas dessas mesmas classes dominantes – constrange o horizonte de possibilidades do país, tornando quase um destino sua democracia restrita e sua função atual na divisão internacional do trabalho: a função primário-exportadora; ou, ainda, naturalizando as baixas taxas de crescimento do país.

É por tudo isso que a marca das classes dominantes brasileiras é a reafirmação do passado, a reiteração do mais do mesmo: dependência, dominação patriarcal, racial e de classe, violência, desigualdade, autoritarismo. Nesse contexto, cabe à esquerda, em particular à esquerda petista e socialista, a tarefa de alimentar e

realizar os ideais mais básicos de país, em particular, os ideais de soberania nacional, democracia política e igualdade social.

Mas o ponto central, e que define o desafio particular para a esquerda brasileira, é que, no atual contexto histórico, o horizonte de expectativas hegemônico não é mais o otimismo da “primavera dos povos” na emergência do capitalismo. Ao contrário, desde os anos 1970, o capitalismo vive uma crise profunda, de caráter sistêmico, que tem revertido completamente a perspectiva de futuro socialmente compartilhada. O risco iminente de mundialização das guerras em curso é só a confirmação mais dramática disso. Sob a égide da crise sistêmica – crise econômica, social, ambiental, democrática, cultural, internacional articuladas – o horizonte se fecha e ressurge, com força, ideias já superadas, como o dogma medieval do terraplanismo e o apelo retrógrado ao negacionismo. Outro sinal dramático de um horizonte de expectativas nublado pelo medo e pela interdição do futuro é o crescimento das distopias. Fala-se abertamente em apocalipse, disparam os filmes e séries baseados sobre o fim do mundo, muitos se preparam para o colapso eminente.

É justamente nesse contexto que a tarefa da esquerda se mostra ainda maior. Cabe à esquerda, em particular ao Partido dos Trabalhadores, reivindicar uma perspectiva de futuro aberta e otimista, mostrando como é possível construir uma sociedade marcada pela igualdade real e pela liberdade plena. Um mundo possível de ser construído pela ação coletiva, sem guerras, sem hierarquias internacionais, sem dependência econômica e política. Um mundo em que ninguém sofra estigma pela cor da sua pele, pelo seu gênero, pela sua classe social, pela sua orientação sexual, pelas suas escolhas religiosas ou culturais. Em suma, um mundo democrático e socialista, onde o inferno seja apenas uma invenção cultural e o fim dos tempos tenha definitivamente focado para trás.

Em suma, é preciso tematizar a questão do horizonte de expectativas com o qual trabalhamos, evitando naturalizar o horizonte

rebaixado que as classes dominantes, particularmente no Brasil, tentam impor sobre nós e sobre o conjunto da classe trabalhadora. Alargar o horizonte de expectativas da classe parece um tema abstrato, mas, na verdade, é uma tarefa concreta, que terá profundas implicações práticas.

Nesse sentido, devemos olhar com muita atenção para a atuação da extrema-direita no Brasil e no mundo, que tem demonstrado grande capacidade de engajamento a partir de um programa, a princípio, “ousado” – vimos isso, por exemplo, na eleição de Bolsonaro que parecia impossível; nos quatro anos em que ameaçaram, para finalmente tentar dar um golpe de Estado; na luta pela anistia de Bolsonaro, que terminou na aprovação do projeto de “dosimetria” que, na prática, reduz drasticamente sua pena. Nesse *modus operandi*, a extrema-direita agita o seu núcleo duro formado – tal como mostram todas as pesquisas empíricas sobre o bolsonarismo – por homens, brancos, ricos, escolarizados e politicamente reacionários em torno de um programa máximo que parece “impossível” à primeira vista, mas vai, pouco a pouco, avançando por ação e pressão política dessa mesma militância. Isso, em certa medida, deriva do fato de que a extrema-direita não atua a partir de um hiper-realismo ou de um pragmatismo no sentido estrito da palavra: aceitar a realidade dada e ajustar as expectativas ao que parece possível naquele contexto. Ao contrário, a extrema-direita tem atuado a partir das suas utopias ou, melhor dizendo, distopias e, com isso, tem ganhado adesão, militância engajada e um eleitorado incrivelmente fiel.

De fato, não é exagero dizer que parte importante do sucesso eleitoral da extrema-direita, e que a permitiu liderar o campo político da direita como um todo, está, justamente, na sua capacidade de alargar o horizonte de expectativas dos seus militantes, engajando-os ativamente na defesa de um projeto aparentemente “ousado” – da destruição da democracia à invasão do Brasil pelos Estados Unidos. Isso pode – e muitas vezes tem – algum custo

eleitoral no curto prazo, mas, no médio e longo prazo, mantém unida e mobilizada sua militância. Por isso, a extrema-direita não é, rigorosamente, uma força conservadora, no sentido de querer apenas preservar o *status quo*. Eles querem destruir o que sobrou do pacto constitucional de 1988 para construir uma nova sociedade – uma sociedade essencialmente autoritária, violenta e desigual, isto é, uma sociedade capitalista dependente, participando de um sistema capitalista mundial em crise profunda.

A função do PT é fazer operação análoga em direção oposta. Precisamos alargar o horizonte de expectativa da classe trabalhadora brasileira para que ela acredite – e, assim, se engaje organizadamente – na luta por uma outra sociedade, uma sociedade essencialmente democrática, harmônica e igualitária, isto é, uma sociedade socialista, que implicará transformações estruturais – que hoje podem parecer impossíveis – na economia, na sociedade e na institucionalidade da sociedade brasileira. Não faremos essas transformações e não construiremos essa nova sociedade se não colocarmos isso no horizonte de possibilidade do nosso tempo.

PARTE II. O CONTEXTO HISTÓRICO EM QUE ESSAS TAREFAS SE COLOCAM

O presente ensaio se dedicou, até aqui, a esboçar três grandes tarefas estratégicas que se colocam para o PT no atual contexto: I) organizar a classe trabalhadora brasileira; II) Construir uma sociedade socialista; e III) Alargar o horizonte de expectativas da classe trabalhadora. Nesta segunda parte, detalharemos o contexto histórico em que essas tarefas se colocam. Isso implica delinear as grandes tendências que vêm impactando e ainda devem impactar, nos próximos anos e décadas, a atuação do PT. O argumento central desta parte é que, desde 1990 e com mais força a partir da intensificação da crise econômica, em 2008, com suas repercussões e articulações com a política nacional, estamos em uma nova época sobre a qual o PT precisa pensar e se ajustar.

IV) O CONTEXTO NACIONAL: TENDÊNCIAS INSTITUCIONAIS QUE IMPACTAM A LUTA DE CLASSES NO BRASIL

O Partido dos Trabalhadores nasceu de uma conjuntura histórica muito específica. O país vivia, de um lado, um processo de redemocratização que envolvia uma politização da sociedade e uma mudança institucional ligada ao processo constituinte e, de outro, o ápice de um ciclo de industrialização que, com diferentes períodos, se estendeu, grosso modo, de 1930 a 1985, quando a participação da indústria no PIB brasileiro começou a declinar. O PT é fruto desse momento, que consolidou a formação de uma

classe trabalhadora politizada, cujo polo dinâmico era o operariado industrial sindicalizado.

Não é exagero dizer que a última grande batalha política desse ciclo se deu em 1989, quando Lula e o PT perderam as eleições para Fernando Collor e para a aliança liberal-conservadora que ele representava, marcando o início do ciclo neoliberal que aprofundou o processo de desindustrialização e limitou drasticamente as promessas democráticas da Constituição de 1988. Esse ciclo se aprofundou nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, consolidando um período histórico que mudou o Brasil profundamente. Essa mudança teve como efeito – em parte planejado, em parte não – a transformação profunda das condições de atuação política do PT.

Da perspectiva da dinâmica da luta de classes, podemos dizer que as classes dominantes brasileiras, depois do fim da ditadura militar que apoiavam, foram obrigadas a aceitar o terreno institucional da democracia representativa como espaço de embate entre grandes projetos políticos para o país, tendo, num polo, os setores neoliberais do empresariado, organizado principalmente no PSDB, e, no outro, a classe trabalhadora, organizada sobretudo no PT. Mesmo assim – e justamente pela força que o PT demonstrou de largada nas eleições de 1989 –, esse terreno institucional foi sendo profundamente alterado.

Num primeiro plano, conforme já analisado, tivemos mudanças profundas na dinâmica econômica brasileira, a partir de um processo de desindustrialização que fez o país regredir à condição primário-exportadora, quando não ao neoextrativismo, promovendo uma transformação profunda na estrutura geral do mercado de trabalho no país. Essa regressão econômica contribuiu para a regressão do mercado de trabalho, com a queda da participação do emprego industrial no conjunto da força de trabalho. Essas profundas mudanças na composição orgânica da classe trabalhadora, já analisadas, foram, ao mesmo tempo, causa e consequência

da queda da sindicalização. Como vimos, a queda na taxa de sindicalização do Brasil, com altos e baixos, consolidou-se como uma tendência desde os anos 1980, quando do patamar médio de 30% em 1985 caiu para aproximadamente metade disso ao longo das décadas de 1990, 2000 e 2010, até chegar a menos de 10%, como resultado da reforma trabalhista, na primeira parte da década de 2020.

Paralelamente, também conforme analisamos, o país viveu, nesse longo ciclo pós 1989, uma explosão do encarceramento. Assim, enquanto, em 1990, a população carcerária no Brasil era estimada em 90 mil pessoas, hoje chega a mais de 900 mil pessoas, das quais quase 700 mil em celas físicas. Esse crescimento da população carcerária está profundamente ligado a uma mudança profunda no contexto de atuação do PT: justamente nos territórios urbanos periféricos, onde o Partido tem um dos seus focos prioritários de atuação, cresce a presença do crime organizado, inclusive com enormes repercussões eleitorais, já que o crime organizado e a milícia disputam nossa base eleitoral.

Nesse mesmo terreno, é fundamental considerar, conforme já apontamos, o crescimento das Igrejas evangélicas, que se caracterizam, assim como o crime organizado, por uma forte presença no território. Isso se expressa no surpreendente número de estabelecimentos religiosos contabilizados pelo Censo de 2022: 580 mil, superando a soma de escolas e unidades de saúde. Com isso, o Brasil conta com aproximadamente 286 templos para cada 100 mil habitantes. Além de forte presença no território, as Igrejas Evangélicas também disputam com a esquerda, em geral, e com o PT em particular, a orientação ideológica e o voto do eleitorado “popular”, ou seja, dos diferentes setores da classe trabalhadora. Como resultado de um trabalho ideológico que merece ser mais bem compreendido, os evangélicos formam um grupo social em que o PT enfrenta grandes dificuldades, mesmo com a sua composição socioeconômica sendo próxima a de setores em que o PT

tem grande entrada, por exemplo, as mulheres e os pretos e pardos – o que demonstra o equívoco do determinismo economicista, que não reconhece que o trabalho ideológico e organizativo tem incidência profunda sobre a realidade material, para disputá-la e ressignificá-la.

Ao lado dessas mudanças políticas e socioeconômicas aconteceram, também, mudanças institucionais que limitaram a margem de manobra do PT, principalmente no plano eleitoral. Nesse terreno, merece destaque o fato de que a transição pactuada da ditadura para a democracia construiu um sistema eleitoral que tinham como alvo, justamente, o PT. É exemplo disso: a manutenção de um sistema bicameral que confere muito poder ao Senado; a sub-representação de estados mais populosos onde o PT tinha mais força; a prevalência de um sistema de votação uninominal, que enfraquece a força dos partidos.

A essas limitações institucionais já inscritas na Constituição de 1988, somaram-se outras. Foi o caso, por exemplo, da autorização de financiamento privado como efeito colateral do Impeachment de Fernando Collor, e da emenda da reeleição que contribuiu – ao lado da manutenção artificial do real sobrevalorizado – para derrotar o PT no primeiro turno das eleições de 1998. Essas mudanças se somam a toda uma normativa, inscrita na Lei dos Partidos (9.096/1995) e na Lei das Eleições (9.504/1997), que tiveram como resultado geral – de novo, com altos e baixos – restringir a margem de atuação do PT. Isso seguiu com as Minirreformas Eleitorais de 2006, 2009, 2013, bem como nas de 2015, 2017, 2019, 2021 e 2023. Chama a atenção, nesse quadro, a multiplicação das mudanças justamente a partir da chegada do PT ao poder, em 2003, e com força a partir da reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, e, ainda, da nova eleição do Lula em 2022.

Essa recorrência na aprovação de minirreformas eleitorais é indicador de uma tendência que precisa ser mais detalhada: o PT seguiu tendo vitórias eleitorais, mesmo com as sucessivas tentativas

de minar sua força política, seja por mudanças na dinâmica produtiva, com repercussões sociais, seja por mudanças institucionais que visavam fortalecer ainda mais o poder das classes dominantes, que mesmo com a vitória do PT nas eleições presidenciais e em algumas eleições majoritárias, seguiram sendo maioria nas casas legislativas – a níveis municipais, estaduais e federal –; nos executivos municipais e estaduais, com a eleição da maioria dos prefeitos e governadores; no Poder Judiciário, nos diferentes níveis; e mesmo em órgãos autônomos do Estado, como o Ministério Público; seja, ainda, por uma campanha constante de corroer a credibilidade do Partido, do Mensalão à Lava Jato.

Talvez seja por isso que, a partir de 2014, na esteira da intensificação da crise de 2008 e depois de o PT ganhar quatro eleições presidenciais seguidas e avançar significativamente na conquista de prefeituras municipais na eleição de 2012, houve uma nítida inflexão das classes dominantes brasileiras no sentido de alterar ainda mais drasticamente o terreno institucional da disputa. Isso se expressa, em um primeiro momento, na radicalidade das mudanças contidas nas cinco minirreformas eleitorais implementadas desde 2015, que vão da redução do tempo de campanha a mudanças no cálculo das sobras eleitorais, passando por debates, inclusive, sobre o fim da reeleição. Mas, para além das minirreformas eleitorais que tiveram como saldo geral um prejuízo político do PT, a principal alteração foi no plano do regime político e da governabilidade.

Nesse sentido, é importante que se diga: o golpe de 2016 não pode ser “página virada”, porque ele segue tendo profundas repercussões na vida institucional do país. Suas raízes remontam a 2013, quando, diante de uma revolta de jovens contra os custos da mercantilização de um bem essencial – o transporte público –, se instalou uma enorme campanha, inclusive midiática, pelo incremento do combate à corrupção, numa tentativa de mudar o eixo da política nacional: do debate sobre redução das desigualdades e padrão de desenvolvimento para eventuais desvios da gestão

do Estado. O resultado geral foi o fortalecimento dos poderes investigativos do Ministério Público, na esteira de movimentos progressos como a aprovação, em 2010, da Lei da Ficha Limpa, e a condenação de lideranças petistas na Ação Penal 470. Até por isso, nas eleições de 2014, o tema da corrupção ganhou importância, tornando-se um dos eixos – se não o principal eixo – da campanha de Aécio Neves (PSDB). Derrotado no segundo turno por uma pequena margem de votos – que já testemunhava um relevante recuo na vantagem relativa do PT em relação ao seu principal opositor à época, o PSDB –, Neves e o PSDB recusaram-se a reconhecer o resultado e pediram uma auditoria da eleição justo ao TSE. A crise institucional estava aberta e foi se agravando nos meses seguintes, inflada por resultados econômicos desfavoráveis e por uma nova e contestada operação de combate à corrupção, a Lava Jato.

Para analistas mais argutos, ficou evidente que as classes dominantes brasileiras, naquele contexto marcado pela resiliência do PT no plano político-eleitoral e pela intensificação da crise de 2008 no plano econômico, tinham decidido interditar politicamente o PT – nem que isso custasse o pacto político de 1988. O resultado já sabemos: Dilma sofreu um golpe parlamentar, o PT passou a ser duramente perseguido, Lula foi injustamente investigado, condenado, preso e impedido de participar das eleições presidenciais de 2018. O custo político para o conjunto do sistema não foi desprezível: enfraqueceu-se a tal ponto a figura do chefe do executivo que há quem fale de uma mudança de regime político, do presidencialismo para o semiparlamentarismo. A tentativa do Congresso de controlar o orçamento por meio das emendas, extrapolando suas competências constitucionais, é só a expressão mais evidente disso.

Nesse processo, que se desenrolou sobretudo nos governos Temer e Bolsonaro, também não foram poucas as mudanças institucionais implementadas no sentido de corroer o poder de ação do Estado – particularmente o Executivo. Devem ser considerados, nesse plano, medidas tais como: a constitucionalização do ajuste

fiscal, no chamado Teto de Gastos; a Lei das Estatais; as contrarreformas trabalhista e da Previdência; a restrição da margem de ação do BNDES; a autonomia do Banco Central.

Esses são exemplos evidentes do quanto – após 2014 – o país viveu importantes mudanças institucionais que aprofundaram um problema político essencial para o PT e sua estratégia: ganhar eleições, mesmo que para o Executivo federal, não implica poder para fazer transformações estruturais profundas na sociedade brasileira. É que, além da autonomia dos outros poderes – Legislativo e Judiciário – e das outras esferas federativas – estados e municípios –, o Executivo central também se vê limitado – e pressionado – por órgãos, em tese, sobre sua própria esfera de ação – sendo as Forças Armadas o maior exemplo –, bem como por novas medidas e política que incidem sobre suas próprias prerrogativas – como a Constitucionalização do ajuste fiscal, a autonomia do Banco Central e a redução da capacidade de investimento do BNDES.

É nesse quadro que se coloca o problema dramático das Forças Armadas. Assim como o golpe de 2016 não pode ser página virada pelas suas profundas repercussões na vida política atual, tampouco o golpe de 1964 pode ser esquecido ou minimizado como um evento do passado. A transição pactuada deixou impune os crimes cometidos pelos militares na ditadura e manteve intacta a dinâmica de formação, treinamento e atuação dos militares brasileiros. Nem o histórico dispositivo que flerta com a possibilidade de intervenção militar – herança do poder moderador da Constituição de 1824 e inscrito no artigo 142 da Constituição de 1988 – foi excluído. O resultado dessa transição pactuada vimos em 2022: uma parte do Alto Comando se engajou diretamente numa tentativa de golpe de Estado e de abolição violenta do Estado de Direito – já investigada, julgada e condenada pelo STF – ao passo que outra parte se omitiu até a eclosão das investigações, mesmo que muitos louvem seu “compromisso institucional” e seu apelo à democracia.

A vitória do PT nas eleições presidenciais de 2022 – por uma mínima margem de votos – conduziu Lula de volta ao Palácio do Planalto nesse novo cenário institucional. Sem dúvida, foi uma vitória eleitoral e política absolutamente importante. Mas parece inegável que parte das dificuldades que o governo enfrenta para ampliar sua popularidade, alargar sua base de apoio e, com isso, consolidar sua vantagem eleitoral tem a ver, justamente, com as limitações impostas por esse terreno institucional que vem sendo desenhado e redesenhado desde 1988, e com mais força desde a nossa vitória eleitoral em 2014.

O cenário de 2026 nos coloca diante de um risco enorme: nós, petistas, tivemos derrotas políticas associadas a vitórias eleitorais, como no ciclo 2014-2016, quando sofremos um golpe parlamentar depois de vencer as eleições presidenciais; também já tivemos derrotas eleitorais associadas a vitórias políticas, como no ciclo 2018-2020, quando perdemos as eleições presidenciais, mas terminamos por provar a inocência de Lula, que recuperou seus direitos políticos sob o já impopular governo Bolsonaro. Já tivemos vitórias eleitorais que não se reverteram em derrota, mas tampouco em vitória política – como no ciclo atual, 2022-2026, quando, depois de vencer a extrema-direita por uma pequena margem de votos, o PT tem dificuldade de consolidar sua força eleitoral reduzindo a força social do bolsonarismo – a composição da Câmara dos Deputados e as eleições para prefeitos e governadores são expressão clara disso. Mas o que acontecerá com o PT quando acumularmos derrotas eleitorais e derrotas políticas? Essa pergunta não é retórica, deve estar nos cenários que se colocam diante de nós e, evita-lo é tarefa coletiva e urgente.

VI) O CONTEXTO MUNDIAL: TENDÊNCIAS INERENTES À CRISE DO SISTEMA CAPITALISTA MUNDIAL

Considerando as tarefas históricas que desenhamos na primeira parte deste ensaio, é fundamental entender – ao lado do contexto institucional brasileiro – o contexto mundial que marcará a atuação do Partido nas próximas décadas. Obviamente, o esforço de prospecção de futuro envolve muitas incertezas. Mas é possível afirmar, com alguma segurança, que os próximos anos serão anos de crise. A ideia de crise é uma constante nas formulações petistas recentes, e muito tem se falado e escrito sobre o contexto de crises que atravessamos, mas é uma tarefa coletiva do Partido avançar (e muito) na formulação da natureza dessa crise. Para contribuir com essa tarefa, considero importante pontuar os seguintes argumentos:

A perspectiva mais difundida sobre o contexto de crises parte de uma enumeração de esferas que teriam, hoje, uma dinâmica disfuncional e, por isso mesmo, conturbada e imprevisível. Nesse sentido, se fala em “crise econômica”, “crise política” e/ou “democrática”, “crise cultural”, “crise internacional” e/ou “militar”, “crise ambiental” sem desenvolver, de maneira mais consistente, a articulação de fundo entre elas. Embora se admita, no geral, que tal articulação existe, pouco se avança na sua caracterização. Algumas formulações mais ligeiras param na ideia de uma “policrise”, sobrepondo-as lado a lado. Outras, mais sofisticadas, avançam para falar em crise mundial, civilizacional ou, como é mais corrente, crise do neoliberalismo, reconhecendo sua natureza sistêmica. É absolutamente imprescindível para o PT aprofundar e consolidar um diagnóstico mais robusto sobre a natureza das crises que atravessamos, especialmente sobre a dinâmica de articulação entre elas. Só um diagnóstico robusto do atual contexto nos permitirá projetar cenários mais definidos e desenhar ações táticas e estratégias mais consistentes nos próximos anos. Isso posto, deve ser um ponto de

partida incontornável das nossas formulações reconhecer que as crises que enfrentamos são de natureza sistêmica, o que significa reconhecer que elas se articulam em **uma grande crise sistêmica**.

Reconhecer que a crise é sistêmica nos exige avançar na direção de caracterizar o sistema que está em crise. Meu segundo argumento é, justamente, que o sistema que está em crise é o **sistema capitalista mundial**. É importante explicitar três premissas que sustentam a noção de sistema capitalista mundial. A primeira é reafirmar que esse sistema tem uma natureza intrinsecamente econômico-política, ou seja, trata-se de um sistema econômico (o sistema capitalista) e, ao mesmo tempo e inseparavelmente, de um sistema político (o sistema mundial). A segunda é reconhecer, nessa denominação, que o sistema capitalista se expandiu a tal ponto que alcançou, realmente, uma dimensão mundial, envolvendo, ainda que de diferentes maneiras, todos os países, territórios e culturas numa mesma articulação sistêmica mundial. Por fim, é preciso sublinhar, ao lado da dimensão “mundial”, a dimensão “capitalista” desse sistema, reconhecendo as profundas implicações disso, a começar pela urgência de retomar e sistematizar, teórica e politicamente, as formulações que acumulamos sobre o funcionamento do capitalismo mundial enquanto sistema político-econômico.

Nesse sentido, a crise do sistema capitalista mundial, que remonta pelo menos aos anos 1970, tem dois pilares fundamentais que precisam ser compreendidos na sua especificidade e na sua articulação dialética. De um lado, existe **uma crise de sobreacumulação**, ou seja, existe um acúmulo crescente de capitais que não conseguem mais se valorizar na esfera produtiva, o que faz cair globalmente, mas com mais força no centro do sistema, as taxas gerais de lucro. De outro lado, existe **uma crise do sistema mundial de natureza colonial ou neocolonial**, constituído há séculos sob a dinâmica centro-periferia, hoje chamada de Norte-Sul Global. Vale frisar que essa crise foi catalisada tanto pelas experiências de desenvolvimento econômico do século XX, seja dentro do sistema

capitalista (Brasil, México, Argentina), seja fora (União Soviética), quanto pelas lutas vitoriosas de descolonização do pós-guerra, especialmente na África e na Ásia

Partindo dessas premissas, é fundamental **retomar criticamente o diagnóstico de “crise do neoliberalismo”**, que tem desempenhado um papel central em muitas das formulações teóricas e práticas do nosso campo. É verdade que a forma como o sistema capitalista mundial se organizou para enfrentar a crise sistêmica que despontava nos anos 1970 nos levou à etapa que chamamos de “neoliberalismo”. Nesta etapa de organização do sistema capitalista mundial, houve, simultaneamente, uma reestruturação mundial do processo de acumulação e uma reestruturação do sistema mundial de poder.

Do ponto de vista do processo de acumulação, o enfraquecimento político da classe trabalhadora, sobretudo nos países do Norte Global – Estados Unidos, Europa e Japão – onde vigia, desde a Segunda Guerra Mundial, um pacto político de inspiração social-democrata, levou a um processo crescente de precarização do trabalho, rebaixamento geral de salários e enfraquecimento da organização sindical, especialmente a partir da reorganização global da produção industrial, que passou a se concentrar em países com custos menores de reprodução da força de trabalho, especialmente na Ásia. Processos como acumulação flexível, precarização do trabalho, pauperização, desindustrialização, rebaixamento da massa salarial são expressões dessa reestruturação, que está na base de um violento e vertiginoso processo de aumento das desigualdades.

Do ponto de vista do sistema mundial, a partir dos anos 1970, os Estados Unidos foram progressivamente abandonando o acordo que existia entre as grandes potências mundiais em torno do chamado “padrão dólar-ouro”. Como nos lembra Maria da Conceição Tavares, esse processo culmina, em 1979, com a decisão do Banco Central americano (FED) de abandonar, unilateralmente, as negociações que aconteciam no âmbito do FMI para reestabe-

lecer um padrão monetário internacional de natureza multilateral, passando a praticar, via aumento de juros, uma política sistemática de valorização e fortalecimento do dólar. Essa política aprofundou o que muitos chamam de “privilégio exorbitante” dos Estados Unidos, isto é: uma capacidade virtualmente infinita de se endividar como Estado – dado que o controle que dispõem sobre a moeda mundial – e a possibilidade igualmente gigantesca de importar produtos e serviços, compensando as perdas salariais da sua classe trabalhadora interna com acesso a bens de consumo baratos. Esse arranjo – que se expressa nos famosos déficits gêmeos estadunidenses – está na base do enorme fortalecimento tecnológico, militar e financeiro estadunidense a partir dos anos 1980, o que primeiro desequilibrou, em favor dos Estados Unidos, o poder da tríade (Estados Unidos-Europa-Japão) que controlava o sistema mundial a partir da Segunda Guerra Mundial e, depois contribuiu para a derrota da União Soviética, culminando na sua dissolução, em 1991. A partir disso, demorou apenas uma década para os Estados Unidos rasgarem completamente o véu liberal da ordem que estava sendo construída, atacando unilateralmente o Afeganistão e, principalmente, o Iraque, e abandonando a Organização Mundial do Comércio, com suas promessas de maior equilíbrio do livre-comércio na Rodada de Doha.

Desde então, o caráter imperial do sistema mundial é cada vez mais explícito, assim como ficou explícito – em 2008 – que a crise econômica seguia uma ameaça, com um agravante do fortalecimento da China, já evidente no início dos anos 2000. Assim, não há dúvida de que o arranjo “neoliberal” para enfrentar a crise do sistema capitalista mundial está em crise desde o início deste século. Mas é fundamental para um partido da classe trabalhadora de um país dependente, como o PT no Brasil, reconhecer que o neoliberalismo só poderia ser um arranjo econômico-político instável, uma vez que não incidiu – e nem poderia – sobre nenhuma das duas causas de fundo da crise do sistema capitalista mundial.

De um lado, o neoliberalismo não resolveu a crise de acumulação, que é da própria natureza do sistema capitalista, ou seja, o aumento do capital em relação a sua base de valorização, o trabalho. De outro, o neoliberalismo não construiu uma resposta efetiva para absorver democraticamente os países do Sul Global no sistema mundial, que se fortaleciam econômica e politicamente.

Na verdade, ocorreu o contrário: o neoliberalismo, como arranjo capitalista e imperialista, aprofundou a crise de acumulação, especialmente pelos efeitos da financeirização e da automação produtiva; e, ao mesmo tempo, reenquadrou os países do Sul Global numa nova (e desigual) divisão internacional do trabalho, em que os países do Norte Global, especialmente os Estados Unidos, intensificaram o controle sobre os fluxos financeiros e tecnológicos, a Ásia, principalmente a China, se responsabilizou pela manufatura, enquanto a África, o Oriente Médio e a América Latina sofreram enormes pressões para manterem-se primarizados ou, em muitos casos, para reprimarizar as suas economias. Acontece que esse arranjo contribuiu para deslocar a dinâmica do processo de acumulação capitalista do Norte para o Sul Global, especialmente para a Ásia, onde a China construiu uma estratégia de desenvolvimento que envolvia não só controle de fluxos financeiros e tecnologia – monopólios até então do Norte global – como também o acesso privilegiado a matérias-primas – com investimentos crescentes na África, no Oriente Médio e na América Latina. Nesse quadro, a crise de 2008, a inflexão política da Rússia em direção a uma estratégia de proteção e fortalecimento nacional e a construção de iniciativas políticas internacionais como o BRICS só tornaram a crise do arranjo neoliberal e, principalmente, a crise do sistema capitalista mundial que está na sua base ainda mais agudas.

Reconhecer que o neoliberalismo foi uma resposta instável para enfrentar uma crise mais ampla – a crise do sistema capitalista mundial – que o próprio neoliberalismo terminou por aprofundar, é

absolutamente fundamental se quisermos escarpar das armadilhas que se colocam para quem analisa o cenário atual.

A primeira é a armadilha de concentrar os problemas (e a crítica) no neoliberalismo, operando uma idealização do passado pré-neoliberal e ocultando a verdadeira natureza do sistema que nos organiza, a saber, a de ser um sistema capitalista mundial em crise, por isso mesmo, profundamente violento e desigual.

A segunda, oposta a essa, é de idealizar o próprio neoliberalismo como um arranjo melhor do que o futuro capitalista pós-neoliberal que se descortina, desprovido de qualquer promessa de democracia e desenvolvimento.

A terceira é subestimar a magnitude da crise que estamos enfrentando, como se se tratasse apenas da crise de um arranjo econômico-político de décadas, o neoliberalismo, e não de um sistema político-econômico de séculos, o sistema capitalista mundial.

A quarta é subestimar, igualmente, os vetores de esperança contidos no transcurso dessa crise: seja a possibilidade de eliminar a dinâmica capitalista de exploração do trabalho que, para preservar sua base de acumulação, limita o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão geral do bem-estar para toda a humanidade; seja a possibilidade de superar um sistema mundial hierárquico que, por séculos, divide o mundo em centros e periferias, desrespeitando assim, sistematicamente, os princípios da soberania e da autodeterminação dos povos.

É à luz desse enquadramento geral que devemos considerar o crescimento da extrema-direita mundial no que ela tem de comum. Em primeiro lugar, a partir de outros referenciais, a extrema-direita também reconhece a crise que estamos enfrentando como uma crise sistêmica de grandes proporções. A seu modo, a extrema-direita identifica a crise profunda do sistema capitalista como regime de acumulação, daí porque opera constantemente com o fantasma vivo do comunismo e, ao mesmo tempo, com a defesa religiosa do direito de propriedade. Também a seu modo,

ela identifica os riscos ao sistema mundial tal como estruturado ao longo dos últimos séculos, daí porque organiza uma defesa virulenta dos valores “ocidentais”, que culmina até mesmo, no caso da extrema-direita latino-americana, na defesa da intervenção militar direta dos Estados Unidos.

Em qualquer caso, a extrema-direita reconhece que o sistema capitalista mundial – como regime de acumulação e como estrutura internacional de poder – está em risco e só pode sobreviver com base do emprego da força bruta. Daí porque se prepara para um mundo baseado na violência sistemática, sem democracia e sem soberania, onde vale a lei do mais forte – a defesa da total e absoluta liberdade de expressão, inclusive para agredir e mentir, ao lado da política de liberação de armas, é fruto desse diagnóstico. Importante ressaltar que, nesse processo, cumprem um papel central os valores do machismo e do masculinismo de um lado, e o racismo e o culto da supremacia racial de outro. Ambos se prestam a essa cultura da violência que se prepara para um mundo pós-neoliberal, mas não pós-capitalista.

Nesse sentido, a extrema-direita é antissistêmica apenas na medida em que, admitindo a falência do arranjo neoliberal para enfrentar a crise do sistema capitalista mundial, se volta contra esse arranjo, mas para preservar o sistema capitalista mundial ele mesmo, com sua dinâmica cada vez mais violenta de acumulação de um lado e sua hierarquia fortalecida do sistema internacional de outro. Mas é importante frisar que o caráter popular da extrema-direita – que lhe confere base de massa – deriva, em parte, do fato de que ela trabalha com um diagnóstico em certa medida realista, que não subestima a magnitude da crise que estamos enfrentando, assumindo uma atitude “antissistêmica” que conta com a simpatia de muitos setores da população, que transborda o núcleo duro de sustentação da extrema-direita formada, pelo menos no Brasil, por homens, brancos e escolarizados.

É verdade que o PT tem o desafio de compreender, em termos mais específicos, o funcionamento político institucional da extrema-direita, como se dá a sua organização, com táticas, discursos e repertórios específicos. Mas, antes disso, é importante entender o sentido geral da sua mobilização.

É também à luz desse enquadramento geral que devemos compreender a atuação dos Estados Unidos no sistema mundial: cada vez menos hegemônico no sentido de um enquadramento dos países pela força econômica, política, cultural e tecnológica, e cada vez mais imperial, isto é, se impondo exclusiva ou principalmente pela força militar.

Nesse sentido, embora existam diferenças importantes de estilo e velocidade entre republicanos e democratas, já faz algum tempo que ambos têm atuado numa mesma direção: partindo do reconhecimento da ameaça chinesa para a hegemonia americana, trabalhar com todas as armas disponíveis para retardar o seu crescimento, seja via guerra econômica direta, seja via intervenções militares para desestabilizar aliados próximos. O diferencial de Trump é que ele recrudescer essa dupla estratégia simultaneamente e sem rodeios, impondo-se pela superioridade militar dos Estados Unidos e com prioridade para a América Latina. Assim, a “Nova Estratégia de Segurança Nacional” anunciada pelo governo Trump em dia 5 de dezembro de 2025 afirma, categoricamente, que “os EUA devem ser preeminentes no Hemisfério Ocidental (leia-se, América Latina) como condição para [sua] segurança e prosperidade”. O documento também afirma que os Estados Unidos querem um Hemisfério com “governos que cooperem com os EUA”; que garantam “a apropriação de ativos-chave”, apoiem “cadeias de suprimentos críticas” e assegurem “acesso contínuo a locais estratégicos importantes”.

O resultado dessa política se fez sentir de modo dramático na Venezuela, onde uma operação militar no início de 2026 deu demonstrações tanto da força militar dos Estados Unidos quan-

to da sua disposição de intervir diretamente nos países da nossa região. Trump é, sem dúvida, um representante da extrema-direita mundial, o que ainda lhe confere influência direta em setores importantes da política latino-americana, cujas direitas têm se tornado cada vez mais radicalizadas. Em todo caso, podemos afirmar com alguma certeza que, enquanto os interesses capitalistas predominarem – seja no partido Democrata, seja no Partido Republicano –, podemos esperar uma atuação internacional violenta dos Estados Unidos, baseada cada vez mais na superioridade que eles ainda detêm na esfera militar. A única mudança substancial na atuação da linha política pode advir de setores da política institucional dos Estados Unidos que se baseiam na classe trabalhadora mais ou menos organizada, como demonstrou a eleição do prefeito de Nova Iorque, Zohran Mamdani.

Assim, vai ficando explícito que a crise política/democrática e a crise militar/internacional têm, em alguma medida, uma mesma raiz: a falência do arranjo neoliberal para lidar com a crise do sistema capitalista mundial e a disposição de setores cada vez mais amplos das classes dominantes do Norte, mas também do Sul Global, de construir um novo arranjo (instável) para lidar com essa crise, preservando ainda assim o sistema capitalista mundial. Esse novo arranjo se volta contra o neoliberalismo, tal como constituído a partir dos anos 1980, para, em grande medida, aprofundá-lo numa espécie de neoliberalismo tardio ou ultraliberalismo. De um lado, aumentando a exploração da força de trabalho e intensificando as desigualdades em favor das classes dominantes, cujos capitais seriam cada vez mais livres para circular e as regulamentações nacionais cada vez mais frágeis. De outro, recrudescendo a hierarquia do sistema internacional em favor do Norte Global, centralmente os Estados Unidos, reduzindo o espaço da China, aumentando a reprimarização da América Latina, África e Oriente Médio, reenquadrando os demais países da Ásia.

Em qualquer cenário, tanto o aumento da exploração e das desigualdades quanto o aprofundamento da dependência internacional em relação aos Estados Unidos só são possíveis com base na desconstrução da democracia interna dos países e no ataque sistemático à soberania e ao chamado sistema multilateral, ambos movimentos que aprofundam o papel da violência na política em âmbito nacional e internacional.

É nesse quadro que emerge a urgência climática – fruto, ela também, da expansão do sistema capitalista mundial. Dados da Organização Meteorológica Mundial, órgão da ONU dedicado, dentre outras coisas, a monitorar dados da crise climática, confirmou dados que já vinham sendo publicados, que sugerem que os últimos 11 anos foram os mais quentes já registrados, sendo os últimos três anos os mais quentes da história, o que sugere um aquecimento progressivo. Nesse quadro, a transição energética assume uma dimensão contraditória: de um lado, é uma urgência dada a gravidade da crise climática; de outro, é um terreno de expansão do capitalismo, que usa esse novo setor para se renovar o que acaba sabotando, em parte, o potencial dessa mesma transição energética.

Por fim, é preciso tirar consequência desse amplo enquadramento para o Brasil e para a classe trabalhadora brasileira. Com uma formação nacional que surge da exploração colonial baseada no escravismo, no latifúndio e no extrativismo predatório, seguimos numa posição dependente no cenário internacional, não obstante o processo de industrialização que, de 1930 a 1980, fez do Brasil o maior parque industrial do Sul Global no século 20, excluía, claro, a URSS. Esse processo de industrialização se deu basicamente sob regimes autoritários, salvo no curto intervalo entre 1948 e 1964, em que as classes populares tiveram alguma liberdade, ainda que restrita, de organização e pressão, o que fez crescer a demanda por reformas estruturais que reduzissem as desigualdades abissais do capitalismo brasileiro e, simultaneamente, ampliassem sua autonomia externa. O resultado dessa pressão de

natureza popular foi o golpe militar de 1964, dado pelas classes dominantes brasileiras com apoio direto dos Estados Unidos. A partir do golpe, o processo de industrialização continuou, mas sem distribuir os ganhos de produtividade, baseando-se no aumento da exploração do trabalho via arrocho salarial, fruto da repressão sistemática à organização dos trabalhadores que, não obstante, crescia na segunda metade dos anos 1970.

O PT surge desse contexto e seu crescimento, a partir dos anos 1980, vai ser simultâneo ao avanço do arranjo neoliberal no Brasil e no mundo. Assim, embora profundamente ancorado na classe trabalhadora organizada brasileira, especialmente do setor industrial que chegou a representar mais de 30% do PIB em 1985, quando então começou a declinar, tendência que se aprofundou durante o auge do neoliberalismo no país nos governos de Collor e FHC, nos anos 1990.

A chegada do PT ao governo federal em 2003 foi uma reação social organizada aos custos do neoliberalismo, principalmente em relação às condições de vida da classe trabalhadora brasileira. Os governos Lula e Dilma trabalharam para contrabalancear dois pilares do neoliberalismo: o rebaixamento dos salários – a renda média do trabalho aumentou nesse período – e a reprimarização da economia brasileira – embora esta tenha seguido avançando, o país fez um esforço para ampliar sua reindustrialização. Além disso, diferentes iniciativas de reafirmação da autonomia do país – da descoberta do pré-sal à integração latino-americana, passando pelo BRICS que, no segundo governo Dilma, começou a esboçar iniciativas para reduzir a dependência desses países em relação ao dólar. Nesse cenário, o Brasil foi testemunha da tentativa de setores cada vez mais amplos das classes dominantes de construir um novo arranjo para lidar com a crise do capitalismo mundial entre o golpe de 2016 e a eleição de Lula em 2022. Nesse período, os ataques à democracia caminharam lado a lado à redução da nossa soberania

e ao aumento da exploração do trabalho, o que tem nos colocado diante dos desafios que marcarão o próximo período.

CONCLUSÃO: TAREFAS HISTÓRICAS EM UMA NOVA ÉPOCA HISTÓRICA PRESSUPÕEM UMA NOVA FORMA DE ORGANIZAÇÃO

O presente ensaio é uma tentativa de colaborar com os debates internos do PT no contexto de realização do 8º Congresso do Partido – previsto para ocorrer em abril de 2026, seis meses antes das eleições presidenciais de outubro deste ano. Partindo essencialmente de uma perspectiva econômico-política que coloca no centro das preocupações as tarefas históricas do PT como partido orgânico da classe trabalhadora, analisando as profundas tendências de mudança tanto no plano institucional nacional e quanto plano sistêmico do capitalismo mundial, o objetivo geral foi mostrar que o PT precisa recolocar, no centro das suas preocupações e das suas ações, as grandes tarefas históricas do Partido, a saber: organizar a classe trabalhadora brasileira, construir uma sociedade socialista e alargar o horizonte de expectativas da classe. Essas tarefas não são perseguidas, porém, num vácuo histórico. Na verdade, as quatro décadas que separam a fundação do PT do seu atual contexto são décadas de profundas transformações no plano interno, da institucionalidade que organiza a luta de classes no país, e, no plano externo, da crise sistêmica mundial que delinea tendências de fundo incontornáveis.

Nesse cenário de crise e mudança, tendo como objetivo essas tarefas históricas, o PT precisa se reorganizar. Um programa ousado, diante de um novo cenário, demanda uma nova forma de orga-

nização. Deve ser esse o alvo das mudanças estatutárias que serão pensadas em abril. Não era objetivo deste texto apontar, sugerir ou discutir as mudanças que devem ser feitas. Há uma comissão constituída para pensar essas mudanças ou, ao menos, sistematizar as principais divergências e os acordos centrais do partido neste âmbito. Este texto pretende, apenas, contribuir para qualificar este debate.

REFERÊNCIAS

Este não é um texto acadêmico, mas um ensaio político. Por isso, evitei, deliberadamente, recorrer a citações, notas de rodapé e referências, na tentativa de evitar tanto dificuldades exageradas à mais ampla circulação e compreensão do texto quanto o recurso a argumentos de autoridade externos à política. Acho útil, no entanto, listar algumas (poucas) referências que me ajudaram a construir este texto e podem ajudar o/a leitor/a aprofundar alguns temas. Não se trata de uma lista exaustiva, apenas de sugestões de leitura.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo, 1994. Disponível aqui: <https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>. Acesso em 27/01/26.

BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora. “Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias”. *Política & trabalho: Revista de Ciências Sociais*, n. 53, p. 72-89, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/51417/33129>. Acesso em 27/01/26.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

FERGUSON, Susan & MACNALLY, David. “Capital, força de trabalho e relações de gênero”. *Outubro*, n. 29, p. 23-59, 2017.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006 [1974].

FIORI, José Luís. *O poder americano*. Petrópolis: Editora vozes, 2004.

FISHER, Mark. *Realismo capitalista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FRASER, Nancy. “Crise do cuidado? Sobre as contradições socio-reprodutivas do capitalismo contemporâneo”. In: BHATTACHARYA, Tithi (Org.). *Teoria da reprodução social*. São Paulo: Elefante, 2023.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções. 1789-1848*. São Paulo: Paz & Terra, 2012.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LÊNIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*. São Paulo, Editoria Hucitec, 1978.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Abril cultural, 1987.

POCHMANN, Márcio. *A grande desistência histórica e o fim da sociedade industrial*. São Paulo: Ideias & Letras, 2022.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Expressão Popular, 2021.

TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

Outros textos da autora que exploram aspectos deste texto:

ALTMAN, Breno & CARLOTTO, Maria Caraméz (org.). *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023.

CARLOTTO, Maria Caraméz. “Boa guerra, garoto(s)!: bolsonarismo, anti-intelectualismo e masculinidade”. *Estudos avançados*, v. 39, p. 1-19, 2025.

CARLOTTO, Maria Caraméz. “A crise democrática e seu conteúdo: a radicalização da luta pela desigualdade”. In: MIGUEL, Luís Felipe; BALLESTRIN, Luciana (org.). *Democracias em crise, teorias em transe*. Belo Horizonte: Autêntica, 2025, p. 183-204.

CARLOTTO, Maria Caraméz. “O significado histórico da Constituição de 1988”. In: GENOINO, José; CALDAS, Andrea. (org.). *Constituinte: Avanços, herança e crises institucionais*. Curitiba: Kotter, 2023, p. 85-106.

CARLOTTO, Maria & GUEDES PINTO, José Paulo. “A divisão internacional do trabalho no século XXI: um estudo sobre o peso da propriedade intelectual na relação EUA - América Latina”. *Carta Internacional*, v. 10, p. 94, 2015.

CARLOTTO, Maria & POMAR, Valter. “Brasil en la encrucijada: socialismo o dependencia”. In: RAMIREZ, René; SADER, Emir; LINERA, Álvaro Garcia & MALINOVISKY, Nicolás (org.). *Reimaginar los futuros desde América Latina*. Buenos Aires: El Viejo topo, 2026, no prelo.

